

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Manuel Guerreiro da Conceição), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Adriano Lopes Gomes Pimpão (na condição de Deputado Municipal), tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

O **Deputado Municipal do PSD**, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

Faltou, sem ter apresentado pedido de substituição, o senhor Deputado Ricardo Manuel Casanova Lampreia.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa nas funções de **2.ª Secretária**, foi solicitada a colaboração da senhora deputada Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, a Senhora Deputada Rosana Durão (**Presidente por substituição**), deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

R
AS
J

1- *Intervenção do Público;*

2- *Aprovação de Atas;*

3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos;*

4- *Período de Antes da Ordem do Dia;*

5- *Moções;*

6- *Período da Ordem do Dia;*

a)- Proposta 21/2019- Informação sobre a Visita de uma Delegação da Assembleia Municipal à Estrada 125 e Recomendações;

b)- Proposta 22/2019- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e para efeito do previsto na alínea m) do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 543-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

c)- Apreciação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito e Garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição, respeitante ao Ano de 2018, (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio); [Proposta da Câmara Municipal n.º 542-2019];

Foram iniciados os trabalhos;

1- *Intervenção do Público;*

Pediu a palavra a cidadã **Helena Baião**, que baseou a sua intervenção, numa pergunta ao Executivo, questionando sobre quem foi o responsável, pela chamada da GNR na famosa Reunião da Assembleia de Freguesia de Quarteira, alguém a teve que chamar, porque a GNR não aparece espontaneamente em reuniões populares, e no seu entender, esta situação foi grave, ou seja, foi um grave sintoma da falta de democracia local, que se encontra doente, e o facto é que a GNR esteve lá.

Foi também concedida a palavra à cidadã **Maria José Gonçalves**, que começou a sua intervenção dizendo que Boliqueime abriu mais uma Superfície Comercial, o novo LIDL, e que fazem falta mais passadeiras para os peões, na parte de trás do LIDL, na parte de trás do ALDI, outra entre o LIDL e a Loja Social, e na passadeira da rotunda, para a entrada do LIDL, ou seja, quem sai da rotunda e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entra na divisão, a meio da grade do LIDL, dá de caras com a matéria inerte do jardim do LIDL, e faz falta tapar uma parte dessa zona inerte do jardim do LIDL, a meio, na direção da rotunda da Fonte de Boliqueime, de forma a que as pessoas tenham um acesso mais direto e facilitado para a entrada do mesmo, para além disso, por questões sociais e de justiça social económica, não entende porque razão a grade foi colocada do lado de fora do passeio, possivelmente para proteger as pessoas, mas a verdade é que o LIDL ficou a ganhar o passeio para eles, e nesse sentido, não sabe até que ponto será permitido à Junta de Freguesia de Boliqueime, promover Bancas aos particulares, com valor mensal, tipo renda, para permitir nessa zona, realizar-se um tipo de minimercado, no passeio, que está dentro do parque do LIDL, mas é um passeio público, protegendo também desta forma, o comércio local.-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou a sua intervenção respondendo à primeira questão, colocada pela cidadã Helena Baião, dizendo que o Executivo não teve nada a ver com a presença da GNR na Reunião da Assembleia de Freguesia, que se tratou de uma Sessão Pública de Esclarecimentos, sobre a "Ciclovia", sobre o "Projeto Quarteira Lab", mas tanto quanto pode pressupor, sempre que há manifestações públicas, e a que teve lugar lá, não foi comunicada à Câmara Municipal de Loulé, e os organizadores desta, deveriam ter feito, e presume que a GNR deve lá ter estado por iniciativa própria, sabendo que iria haver a manifestação, porque ninguém do Executivo Municipal chamou a GNR.-----

Quanto às questões colocadas pela cidadã Maria José Gonçalves, referiu que o que foi executado foi o projeto, poderá ver-se se as passadeiras que sugeriu se justificam para segurança dos cidadãos que ali circulem naquelas imediações, e se for o caso, a Câmara poderá tomar essa iniciativa, agradecendo à cidadã as suas sugestões e chamadas de atenção.-----

Seguidamente a Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte:-----

2- Aprovação de Atas;-----

A Ata n.º 19/2018 (Sessão Extraordinária de 26 de Outubro de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----

A Ata n.º 20/2018 (Sessão Ordinária de 30 de Novembro de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Não havendo qualquer matéria sobre este ponto, e dando continuidade aos trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), colocando duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, questões que segundo o próprio, têm preocupado os munícipes deste Município, e a primeira questão que colocou foi o que é que o Executivo Municipal iria fazer quanto à Ciclovía de Quarteira? E a outra, o que é que o Executivo pretende fazer relativamente à Feira de Verão de Quarteira? Se esta vai permanecer no mesmo sitio onde se fez o ano passado, ou se esta voltará ao seu local original, Calçada de Quarteira?-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), que começou por congratular o Executivo, por ter mais um ano, desenvolvido o programa de apoio ao desenvolvimento desportivo do Concelho de Loulé, tendo atribuído mais de 750.000 €00 (setecentos e cinquenta mil euros), na celebração de 25 Contratos-Programa, tendo em conta, os anos e os mandatos anteriores, este valor tem vindo a subir desde 2013, congratulou ainda o Executivo, pelo regresso do Espaço do Cidadão Móvel, às zonas rurais do Concelho, os munícipes das Freguesias do Concelho de Loulé, vão poder a voltar a usufruir novamente, dos serviços do Espaço do Cidadão Móvel, depois do sucesso deste projeto piloto, em 2008, e a partir de Abril, Alte, Ameixial, Boliqueime, Salir, S. Sebastião, União de Freguesias (Querença, Tôr e Benafim), farão parte da rota desta viatura, dotada de um sistema informático, com cerca de uma centena e meia de serviços, que poderá fazer o atendimento aos cidadãos, com todo o conforto e privacidade, revelando uma administração de proximidade. Por fim, congratulou o Senhor Presidente da Câmara de Loulé, por ter sido o único Presidente que participou na Greve Climática Estudantil, reafirmando o compromisso com o meio ambiente e com a sustentabilidade ambiental, e neste sentido, o Festival MED ganha o prémio Ibérico, no dia 13 de março, em Vigo, Espanha, dos Festivais que contribuem mais para a sustentabilidade, e referiu que a Câmara assina no próximo dia 9 de abril, um Protocolo com a Associação Dignidade, tendo em vista a implementação de uma rede solidária de um medicamento, no Concelho de Loulé, que através desta iniciativa, irá garantir que o medicamento chega a qualquer munícipe que se encontre em situação de carência. Referiu ainda, que o Partido

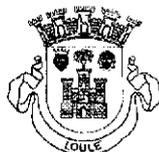


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Socialista, através deste tipo de medidas, tem implementado desde 2013, um verdadeiro contrato social local, e precisa de todos para continuar com a justiça social no nosso Concelho.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, começando por dizer que na última 6.ª feira, o Município de Loulé, organizou um evento sobre a elucidação que precisamos de ter para poupar a água, e tratar da água como um recurso, escasso, e ao ler o email sobre o assunto, questionou-se porque é que não foi a Vereação e os funcionários da CML, com responsabilidades na área da água, que fizeram esse evento, para eles próprios se elucidarem, porque os problemas da água já vêm de outros mandatos, mas os anteriores Presidentes da Câmara, não passavam o tempo todo a falar de sustentabilidade, como é o caso do agora Presidente Vítor Aleixo, e questionou o atual Presidente, sobre o que é que fez, desde que tomou posse, há quase 6 anos, que tenha reduzido as percas de água, e até porque na realidade, não consegue saber quais são na verdade as reais percas de água, porque a maioria dos grandes consumos que há no Concelho, da responsabilidade do Município, não têm contadores de água, e questiona-se porque é que não há contadores inteligentes, no Estádio, no Parque, e nos grandes espaços de consumo do Município, como tal, nunca se sabe o que é que consomem, e como é que se dizem às pessoas, aos munícipes, para serem razoáveis, equilibrados nos consumos, quando acima destes, está uma Entidade, que não liga absolutamente nenhuma a isso.-----

Foi também dada a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dizendo que o assunto de que irá falar, está relacionado com o acesso ao Ensino Superior, por parte dos nossos jovens que frequentam a Escola Secundária de Loulé, porque foi abordada por um conjunto de jovens da Escola Secundária de Loulé, que pediu ajuda para esta questão, e como considera que existem os meios necessários e porque todos têm que estar unidos nisto, para se poder combater as injustiças aplicadas aos nossos jovens, passando a explicar, que desde o ano letivo de 2017/2018, que os alunos do 10.º ano e todas as turmas desta Escola Secundária, estão abrangidas por um programa chamado PAF-CEF, ou seja, um projeto de autonomia e flexibilidade curricular, em que, entre outras diferenças, está a disciplina da Educação para a Cidadania, acontece que de acordo com as informações dadas, essa disciplina e a de Educação Física, não contariam para a sua média, e isto foi dito até pelo próprio Secretário de Estado, ou seja, os alunos frequentavam essas disciplinas tendo na sua mente que estas não eram contabilizadas para a sua média, mas acontece que para grande surpresa dos alunos, e da Direção da Escola, foi convocada uma reunião no dia 4 de Fevereiro de 2019, pelo Secretário de Estado da Educação, informando que a disciplina do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ano passado, de Educação Física, iria ser contabilizada na média desses alunos, tendo a Diretora da Escola, manifestado o seu desagrado com esta situação, uma vez que não ia ao encontro das expectativas dos alunos, porque existe uma diferença entre os alunos do ano passado do 10.º ano, que sabiam que esta disciplina não iria contar para a média, e os alunos do 10.º ano, do ano letivo de 2018/2019, que já sabem que a média desta disciplina afinal vai contar, e aqui o que está em causa é o princípio da igualdade, e aqui há uma clara violação do princípio da igualdade, dando o exemplo de um aluno que quer ir para Medicina, e a média dele é de 17,5 se contar com a média da disciplina de Educação Física, se não contar, a média é entre 17,7 e 17,8, a diferença parece ser pouca, mas 3 décimas pode impedir uma vida de ter acesso ou concorrer ao curso que se quer, e desta forma, lançou o desafio, para que o Município se una, e se envie um comunicado ou uma carta ao Secretário de Estado da Educação, a informar este tipo de exemplos e situações que demonstram injustiças, e apresentar uma solução, a destes alunos do ano letivo de 2017/2018, terem a opção de escolher se queriam ou não que a média da disciplina de Educação Física, fizesse parte da sua média.-----

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, começando por falar na intervenção do Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), sobre a participação do Senhor Presidente da CML na marcha sobre as alterações climáticas, como sendo o único Presidente de Câmara a participar, o que o leva a pensar que a dita marcha deverá ter ocorrido em Loulé, e se não foi, não entende, porque o Presidente não mobilizou a comunidade escolar do Concelho para este evento. Falou também sobre a utilização dos equipamentos desportivos, dizendo que Loulé, felizmente tem bastantes equipamentos desportivos, mas o que se assiste, é que há uma grande dificuldade, fora dos Clubes Institucionalizados e das Escolas, de os utilizar, e questionou se haveria algum Regulamento sobre a utilização dos equipamentos desportivos, no caso concreto das Piscinas e dos Pavilhões. Referiu ainda, que teve conhecimento de umas obras na Av.ª Laginha Serafim, e existiam lá uns passeios rebaixados, que com isso ganhou um prémio, Loulé Capital da Mobilidade com pessoas de mobilidade reduzida, e com espanto, verificou que agora esses passeios rebaixados, foram retirados, e os passeios agora foram alteados, apesar da obra ainda não estar acabada, já foi anulado o que lá estava feito, e nem sequer existe um placard sobre aquela obra, o que é obrigatório, a informar que aquela obra foi adjudicada, o nome do empreiteiro, quais são os trabalhos, qual é o prazo, o custo, não está lá nada e depois como se trata de uma situação muito particular e urgente, porque fica ao pé do Centro de Saúde, a Câmara Municipal deveria ter logo de imediato, elevado a passadeira, de forma a regularizar a situação, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

menos naquela zona, para evitar o desconforto das pessoas que transportam carrinhos de bebé, ou de cadeira de rodas.-----

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que iria manifestar a sua posição, uma de regozijo e outra de surpresa desagradável, relativamente a duas situações que dizem respeito ao nosso Município. A primeira, tem a ver com o Protocolo que foi assinado pela Câmara Municipal de Loulé com a Docca Pesca e com a Autoridade Marítima, para resolver um problema antigo de Quarteira, e que era necessário de funcionamento, ou seja, uma Estação de Salvamento, que durante os mandatos anteriores, se tentou implementar, e que foram sempre surgindo obstáculos enormes à sua concretização, porque Quarteira, hoje não é só uma Estância Balnear, tem além disso uma Frota de Pesca bastante importante para a região, e esta é sem dúvida, para a cidade de Quarteira, para o Concelho de Loulé e para todo o Algarve, uma importância estratégica imensa, e motivo de regozijo para todos, e vamos agora aguardar que o Protocolo saia do papel e efetivamente se concretize. A outra situação, em que gostaria de manifestar a sua surpresa e dificuldade em compreender, prende-se com uma notícia que saiu na comunicação social, que a Sociedade Portuguesa de Autores distinguiu o Município de Faro, como o Município que melhor promoveu a cultura no Algarve, o que é estranho, porque o Município de Loulé, foi sempre um Município que apostou muito na cultura, e que ao longo dos anos e dos mandatos anteriores, nos habituou a ser distinguidos e a sermos uma referência nesta área, e que pelos vistos agora, com muito menos dinheiro do que nós, o Município de Faro, é distinguido desta forma, por uma Entidade insuspeita, uma Entidade que consegue marcar a diferença, e como tal, para os Louletanos, é triste assistir a esta distinção.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que o Executivo Municipal está a funcionar, a cumprir os seus objetivos, as coisas vão correndo, e sobre as matérias aqui expostas em sede de Período Antes da Ordem do Dia, e das referências que foram feitas, começou por dizer que as obras têm o seu programa e são faseadas, e as questões levantadas pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre a mobilidade para todos, disse que não foi possível rematar os passeios, mas foram feitos uns enchimentos junto aos lancis, para que alguém com dificuldade, conseguisse superar o nível dos passeios, não é uma solução definitiva, e de facto é verdade que a obra não tem a tal placa, e sobre a última intervenção do Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), sobre a questão da cultura, disse que o Município tem a sua atividade nesta área, à vista de todos, e tem mantido as performances e qualidade do seu serviço no âmbito cultural, e o que pode interpretar sobre esta distinção ao Município de Faro, é que o Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de Loulé também é generoso, e não leva a mal que o Município também seja distinguido, nós praticamos uma politica de boa vizinhança, e congratula-se que o Município de Faro tenha sido distinguido nesta área da cultura.-----

Seguidamente foi dada a palavra à Senhora **Deputada Ana Francisca Sousa (PSD)**, dizendo que na última Sessão da Assembleia, veio aqui um assunto, que tem vindo recorrentemente e que com certeza ainda virá mais vezes, que é o assunto da ciclovia de Quarteira, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal nas suas declarações, fez questão de frisar que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, tem acompanhado estas obra desde o inicio, também na qualidade de Adjunto, mas curiosamente no período de intervenção das Bancadas, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, descolou-se deste discurso e faz uma declaração, propondo algumas alterações à ciclovia, com as quais concorda, mas só não entende, é como é que ao mesmo tempo, surgem nas redes sociais, noticias de que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, deixa de ser Adjunto do Senhor Presidente da Câmara, e é nesse sentido que gostava de perceber, o que é que aconteceu, porque no seu entendimento, faria sentido que o Adjunto, e sendo de Quarteira, e ainda Presidente da Junta, deveria lutar pelos interesses da sua terra, e acompanhar a obra, mas à medida que as coisas não correm bem, faz uma declaração, e faz-se acompanhar pelo Executivo da Junta de Freguesia, e depois ficamos a saber que já não é Adjunto, pelas redes sociais, e a questão é simples, é verdade ou não que deixou de ser Adjunto? Porque até hoje ainda não se viu nenhuma declaração pública e oficial, da parte do Senhor Presidente da Câmara, dizendo o que é aconteceu, e ficamos sem saber se foi o Eng.º Telmo Pinto que se demitiu desse cargo, ou foi o Senhor Presidente da Câmara que o demitiu, ou o que é que aconteceu? Porque não concorda com o que disse o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), de que as coisas vão correndo, e vão funcionando, mas as coisas só correm bem e funcionam, quando há transparência, e partir do momento que não há transparência, as coisas não correm bem.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que começou por falar da última intervenção, disse que ainda bem que o Eng Telmo Pinto já não é Adjunto do Presidente da Câmara, sempre foi contra isso, dos Presidentes de Junta de Freguesia serem Adjuntos. Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa, disse que uma coisa que gostava neste Executivo, é que este Executivo só começava obras, poucas, mas só o fazia quando tinha tudo organizado, terrenos adquiridos, etc., mas agora parece que até isso se desvaneceu, no caso da Estrada para a Quinta do Lago/Vale do Lobo, em que se começou uma obra, depois pensou-se noutra, e aí já não havia terrenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para acabar aquilo que se repensou a seguir, e agora parece que também estamos aqui com outra obra que faz de conta que começo, depois volta-se a trás, o que contraria o que tinha sido feito anteriormente. Por último, reforçou a ideia, de que foi dito pelo Executivo, que depois de acalmar o pó na Festa de Verão de Quarteira de 2018, seria feito o balanço nesta Assembleia Municipal, recordando o Executivo, que até há data não houve balanço nenhum.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Presidente Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, que pediu a palavra para esclarecer que o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, não faz de Fiscal da Câmara Municipal, e também não sabe dos projetos ao pormenor, e esclarecendo a Senhora Deputada Ana Francisca Sousa, que a Junta votou contra o facto de se acabar na totalidade com aquilo que é o Projeto QuarteiraLab, sendo verdade que há algumas coisas que têm que ser retificadas na Ciclovía, mas existem também uma quantidade de ações que são importantes e que vêm ao encontro daquilo que já se faz em muitos sítios, e que nós também queremos cada vez mais incutir nas pessoas, porque existe alguma dificuldade para as pessoas perceberem o que é que são as alterações climáticas, e as ações que temos que ter no nosso dia a dia, e portanto, para além da Ciclovía, o que também está em causa é o Projeto na sua totalidade, e o que se demonstrou também, é que QuarteiraLab como laboratório de ações, é um Estudo, mas a vida é uma experiência, e o que se propôs na última Assembleia, foi dizer que concordamos com o QuarteiraLab, e concordamos com o que foi proposto pela Bancada do PS, sobre as alterações que tivessem que acontecer, para minimizar alguns obstáculos que existem naquele projeto, mas o quisemos também dizer, é que somos defensores de um QuarteiraLab, de um Laboratório, que pense que no futuro, e em breve, porque são 10 meses de estudo, se pudesse implementar a rede de ciclovias em Quarteira, olhando para aquilo que são as grandes artérias da cidade, pudesse ter bicicletas partilhadas, porque foi essa a nossa proposta, e que se pudesse ter mais frequência, naquilo que é o transporte urbano, e mais área de abrangência na Freguesia de Quarteira, porque queremos que chegue a zonas como o Semino, Vila Sol, e que a mobilidade seja para todos, porque não faz sentido termos um Laboratório, fazermos um Estudo, senão pensarmos no futuro, e no seu resultado, porque quando se fala nas cidades a 30 km à hora, é preciso criar condições e habituar as pessoas a utilizarem os outros meios de transporte, e essa foi a proposta que aqui fizemos, não houve desmarcação, houve um complemento àquilo que se está a fazer, e dizer que o QuarteiraLab é o primeiro passo para aquilo que queremos que seja a mobilidade em Quarteira e que seja no fundo, um olhar para as alterações climáticas, porque elas existem, e os problemas existem, e que nós comecemos a dar passos e a dar às pessoas algum conhecimento daquilo que vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

acontecendo. Sobre a questão do Adjunto, disse que há momentos, em que as coisas têm que mudar, e que Telmo Pinto não deixou Quarteira, e os projetos sociais que lá foram feitos, transformaram aquela Freguesia, numa Freguesia com um olhar para o futuro e com projetos próprios, e com conhecimento técnico para poder dar respostas próprias.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que a sua intervenção tinha a ver com o que tinha sido pela Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), e que concordava com a exposição toda que fez, e que estava perfeitamente de acordo com a análise feita pela Deputada, até porque é uma matéria que também lhe é sensível, contudo, tem algumas dúvidas quanto ao método a seguir, porque este problema é de âmbito nacional, e a intervenção municipal, poderá passar só, tão somente, por se fazer uma Moção muito bem elaborada, que se enviará, não só à Tutela da Educação, ao Secretário de Estado, à Direção Geral, às diferentes Associações do sector, como Associações de Pais, Associações de Estudantes, e até Federações, etc., e necessariamente aos órgãos de comunicação social, e eventualmente à Associação Nacional de Municípios, para sensibilizar os outros Municípios, e tudo passará meramente por aí, porque o Município de Loulé, infelizmente nesta matéria, não poderá fazer mais, e poderá passar por esta Assembleia, através de uma Moção muito bem elaborada, fazê-la chegar a todas as Instâncias possíveis.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que na Bancada do CDS, todos concordam de que deve haver um princípio cristão em toda a ação política, apesar de isso não acontecer, mas é um desejo, e que todas as pessoas que são laicas, têm todo o direito em serem laicas, assim como os outros têm o direito de serem cristãos e católicos, e ao ouvir alguns Deputados, parece que é um crime, quando todos temos o direito de respeitar as convicções dos outros.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que ficou muito surpreendido com o prémio que a Sociedade Portuguesa de Autores atribuiu a Faro, que no seu entender é uma coisa incrível, e que a maior parte dos Algarvios, e Agentes Culturais ligados às atividades culturais, ficaram surpreendidos, de como é que esse prémio foi atribuído a Faro, só pode ter sido por lobby, é o lobby a funcionar a favor de Faro, para a Capital da Cultura, que está a ser feita a candidatura, e quem é que está a tratar da candidatura? Deveríamos de procurar saber quem é que faz as candidaturas, quem está por detrás, e disse também, que quando esteve no Parlamento Europeu, fez lobby, porque ele existe e lá é permitido, e no seu entender, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entende como é que alguém de bom senso, vai atribuir a Faro, um prémio de atividade cultural autárquico, como a melhor Autarquia, com a melhor agenda cultural?! Quando todos sabem que Loulé é que se distingue, em várias iniciativas, no País, em vários prémios internacionais, e só pode ser um lobby que está por trás desta distinção à Câmara Municipal de Faro, e que a Câmara Municipal de Loulé deveria tomar uma posição sobre isto, assim como a Assembleia Municipal de Loulé.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, e referindo-se à última intervenção do Deputado Joaquim Vairinhos (PS), disse que este tipo de argumentação não funciona, nem pode funcionar, porque descredibiliza completamente qualquer Entidade, porque se a Câmara Municipal de Loulé só aceita os prémios quando vem a nosso favor, e depois suspeita quando as Entidades atribuem os prémios a outras Câmaras Municipais, porque é Louletano, mas também tem olhos para ver, referindo que nunca pertenceu a nenhum lobby, não quer saber de lobbys, e afasta-se de lobbys, e quando lhe vêm falar de lobbys, este assunto não lhe diz nada, e relativamente ao Município de Loulé e aos prémios que tem ganho, disse que ganhou bem, e gostava que continuasse a ganhar mais, e por isso é que abordou este assunto e levantou esta questão.-----

Também voltou a pedir a palavra a Senhora **Deputada Ana Francisca Sousa (PSD)**, e referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, disse que a vida seja uma experiência, ainda concorda com essa expressão, agora a Avenida de Quarteira?! A Avenida transformada numa experiência?! Isso não, até porque na sua conceção, não faz sentido ser dada a antiga Escola Primária ao INEM, e que depois não seja possível passar ali uma ambulância, isso não faz sentido, tal como não faz sentido fazer Postos da GNR, e depois um veículo da GNR não conseguir parar numa rotunda, porque as coisas têm que ser devidamente planeadas, mas a questão fulcral é que não respondeu à sua pergunta, demitiu-se? Ou foi demitido? Apesar de ter concordado com o conteúdo da declaração que fez, até hoje nunca se pronunciou nas redes sociais sobre a ciclovia, e está a fazê-lo agora como Deputada na Assembleia Municipal, porque acha que é aqui que o deve fazer, e é só isso.-----

Usou de seguida a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que quando questiona os assuntos que são dirigidos para a Mesa da Assembleia, e por sua vez, a Mesa da Assembleia remete ao Executivo para responder, e o que se vê ultimamente, é uma coisa caricata, são os próprios Deputados Municipais do PS, a responder, quando não têm autoridade para isso, às questões dos Deputados Municipais, o que é estranho, porque a responsabilidade da saída do



R
S

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhor Telmo Pinto do Gabinete de Apoio à Presidência, não é o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, que tem que dar resposta, quem tem que dar resposta é o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Disse que concordou com a análise feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, sobre o apreender co os erros e da necessidade que existe para Quarteira, de tornar aquela cidade mais limpa, mais transitável, onde se possam conciliar diversas coisas, e compreende que passar de 50 km/hora para 30 km/hora, leva tempo, mas houve uma questão com a qual ficou surpreendido, foi a dos projetos sociais para Quarteira, pelo que, questionou o Executivo Municipal, quais eram esses projetos sociais para Quarteira. Por fim e dirigindo-se ao Senhor Deputado António Farrajota (CDS), disse que quando o Senhor Deputado fala de religiões, deve respeitar também o estatuto dos outros, que não são católicos.-----

Também foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), que começou a sua intervenção dizendo que o Presidente do PSD Algarve, na Tomada de Posse do PSD de Quarteira, segundo a imprensa local, disse que há um Presidente de Junta que se demitiu das suas funções, pois nenhum Presidente de Junta, pode ser Adjunto do Presidente da Câmara, e ainda disse mais, que segundo ele, isto é ilegal, a lei não o permite, ora acabou por ficar estupefacto quando leu estas declarações, porque para além de não ser ilegal, esta pessoa esqueceu-se que o PSD quando governou os destinos do Concelho de Loulé, não tinha só 1 Presidente de Junta como Adjunto do Presidente da Câmara, também tinha um 1 Chefe de Gabinete, ou seja, parece que é ilegal para uns, mas legal para outros, mas o que de facto queria dizer, é que nem o Presidente da Câmara, nem o Presidente da Junta que foi Adjunto do Presidente da Câmara, têm que dar explicações, seja a quem for, sobre as pessoas que trabalharam em proximidade com o Presidente da Câmara, ou que deixaram de trabalhar, porque esse assunto compete só ao Presidente da Câmara, e não faz sentido nenhum questionarem as razões, que podem ser pessoais, políticas, o que for.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), e dirigindo-se ao Senhor Deputado Socialista Abel Matinhos, disse que quando quiser fazer história, de informar-se, porque ignora completamente o que disse, porque a história não é como conta, e não é por ser dita assim que passa a ser verdade.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), dizendo que gostava de realçar um aspeto que é fundamental e tem a ver com a mudança da mobilidade na Freguesia de Quarteira, concretamente na Avenida Sá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Carneiro, e também no que respeita à ciclovia, dando a conhecer que há um estudo que saiu agora na passada 4.ª feira, e que se trata de um estudo organizado sobre a morte por poluição, em 2017, organizado por algumas Instituições de Investigação Científica dos Estados Unidos, e por uma Universidade do Canadá, onde referem que Portugal, devido à poluição atmosférica, morreram em Portugal 3.543 pessoas, um número que é relevante, para não falar das que morrem na China, e na Índia, onde de facto a poluição é extraordinariamente elevada, onde as pessoas só podem circular na rua usando máscaras, como se vê na televisão, e com isto, quis realçar que de facto a poluição atmosférica, contém entre outras questões, as chamadas micropartículas, que não se conseguem filtrar com o nosso sistema respiratório, e introduzem-se na circulação sanguínea, e originam alterações metabólicas, do foro genético, que vão derivar muitas vezes em cancro, e em resumo, a ciclovia, é uma experiência, e é com base nas experiências que a ciência evolui há muita centenas e até milhares de anos, portanto, a experiência faz parte da evolução científica da humanidade, e naturalmente, uma experiência desta natureza, que perspetiva a melhoria da qualidade do ar, da mobilidade através de uma mobilidade mais suave, menos ruidosa, mais segura, uma série de considerações importantes que justificam estas alterações, e esta experiência, e que aliás, esta experiência é fruto de um prémio, e um destaque que foi atribuído ao Município de Loulé, onde este projeto QuarteiraLab, vem trazer uma iniciativa que é uma realidade, que é a necessidade de transformarmos o nosso quotidiano em prol de uma saúde pessoal, das famílias, e da comunidade, melhor, e é obvio que no seu entender, este projeto tem pernas para andar, e como qualquer experiência, irá sofrer ajustes, recuos, e avanços.-----

Foi dada novamente a palavra à Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), que relativamente à intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), agradeceu-lhe porque foi o único Deputado da Bancada Socialista que se manifestou sobre o assunto que esta abordou, e conforme sugestão do Senhor Deputado, referiu que concordava com a redação, elaboração de uma Moção, em nome de todas as Bancadas, para ser aprovada na próxima Sessão da Assembleia Municipal, devido à importância deste assunto e pelo facto de que a nível nacional, a Escola Secundária de Loulé, é a única Escola, em que todas as turmas estão neste projeto, dando o exemplo de Faro e Tavira, onde só está uma turma de cada Escola, pelo que, é importante tentarmos fazer alguma coisa pelos jovens do Concelho de Loulé, e solicitou a opinião das outras Bancadas, de forma a saber se deve avançar com a redação dessa Moção em nome de todas as Bancadas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida a Senhora **Presidente da Assembleia (por substituição)**, referiu que então os Senhores Deputados Municipais, iriam decidir na Reunião da Comissão Permanente e na próxima Sessão da Assembleia, se a sugestão da Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD) iria ser concretizada.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse ter estado atento a algumas considerações feitas pelos Senhores Deputados sobre a questão da ciclovia de Quarteira, e na sua opinião, o problema da ciclovia tem a ver com os moldes em que foi implementada, porque tanto o PSD como o CDS, não estão contra a ciclovia, porque é benéfica para a vida e para o ambiente, e como tal nunca disseram que eram contra, mas aquela ciclovia, naquele traçado, não é viável, e o PSD apresentou uma Moção nesta Assembleia, para que aquele traçado fosse alterado, e por alguma razão 250 pessoas se mobilizaram em Quarteira, contra o atual traçado, e para que o mesmo fosse retirado, mas será que essa população também está enganada, está errada? E será que só o Executivo é que está certo? Então as pessoas que manifestam o seu desagrado publicamente, foram mobilizadas para fazê-lo pelo PSD? Ou foi porque o fizeram de uma forma genuína, mostrando o seu desagrado pelo traçado daquela ciclovia? Porque não estavam contra, tal como o PSD, só contra o traçado, porque prejudica em larga escala as pessoas e prejudica em larga escala a cidade de Quarteira, e essa é a razão fundamental que o PSD trouxe aqui a esta Assembleia, através da Moção, porque as experiências em Quarteira não abonam nada a favor deste Executivo, e a favor da Junta de Freguesia de Quarteira.-----

A seguir voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo em primeiro lugar que o CDS aprovava a proposta feita pela Senhora Deputada do PSD, Bárbara Correia, sobre a elaboração da Moção proposta, e em segundo lugar, referiu que quando o CDS votou em colaboração com o PSD, sobre as considerações acerca da ciclovia de Quarteira, esclarecendo que o CDS, apelou à boa vontade, de se rever e de se alterar para melhor o traçado, reforçando que o CDS nunca votou contra a ciclovia de Quarteira, porque na sua opinião de facto o traçado desta ciclovia pode ser melhorado.-----

Também voltou a usar da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo-se ao desafio deixado pela Senhora Deputada do PSD, Bárbara Correia, sobre a elaboração conjunta da proposta de Moção, disse que de facto era um documento muito importante, e que estando nesta Assembleia 2 líderes nacionais, do PS e PSD, ligados à Juventude, seriam de facto as pessoas indicadas para apresentarem essa Moção na próxima Sessão da Assembleia, já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que existe a concordância entre Bancadas.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas, usando da palavra a Senhora Vereadora Heloísa Madeira, que sobre as questões colocadas referentes à Feira de Verão de Quarteira, disse que o balanço foi realizado internamente, foram feitos inquéritos, e o balanço final foi altamente positivo, por isso mesmo, o Executivo Camarário decidiu manter a decisão do ano passado, de a Feira de Verão de Quarteira se localizar no espaço adjacente ao Jardim Filipe Jonas.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou pelo tema da ciclovia, dizendo que ia ser muito claro, e que a ciclovia merecia que alguns perdessem um pouco de tempo, e lessem sobre o que é o projeto QuarteiraLab, porque muitas dúvidas e muitos dos receios apresentados, poderiam ser dissipados, e que o conceito de experimentalismo, está absolutamente presente na candidatura que a Câmara apresentou ao Fundo Ambiental para testar medidas que contribuíssem para a descarbonização de um espaço urbano, citadino, com determinadas características, esse espaço urbano foi encontrado, é ali, o Executivo vai testar várias medidas, todas elas, que contribuem, cada uma à sua maneira para a descarbonização do meio ambiente, está lá tudo no projeto, e neste momento o Executivo ainda está na fase de aferir aquelas medidas que tomou, e vai monitorizá-las, e se revelar que essas medidas carecem de ser corrigidas, o Executivo irá fazê-lo, mas existe um tempo, de vários meses pela frente, para se poder ver como é que vai funcionar, é de facto um projeto pioneiro, que nos deveria orgulhar a todos, e cá estaremos convictos de que estamos a defender bem o interesse público, e vamos continuar nesta trajetória, porque antes ninguém falava em alterações climáticas, nem na necessidade de baixar a produção de CO2 na atmosfera, na diminuição de ruído, mas felizmente este tema começa cada vez a chamar a atenção dos Deputados e deste Órgão Municipal, e isso é positivo, e todos iremos por este caminho, e aquela ciclovia que é uma primeira experiência, e como o Presidente da Junta de Freguesia disse, é uma primeira experiência, mas que vai crescer muito rapidamente no Concelho de Loulé, e vai-se fazer muitos quilómetros de ciclovia, futuramente no nosso Concelho.-----

Sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado Fernando Santos (PS), sobre a sustentabilidade ambiental e sobre o que é que o Executivo Camarário já tinha feito para a eficiência hídrica, e na verdade este Executivo tem na sustentabilidade ambiental, como eixo das suas políticas no Concelho de Loulé, assim como a adaptação às alterações climáticas, que vai obrigar-nos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

reformatar o modo de funcionamento do Município de Loulé, e este Executivo já começou a fazer, mas este caminho tem um grande trajeto pela frente, e já estão instalados contadores em muitos locais onde é feita rega pública e que a água não é contabilizada, e como não é contabilizada, facilmente se confunde com perdas de água, e o Concelho de Loulé é um Concelho que infelizmente é dado a uma prática tradicional no Concelho, pouco responsável a um bem tão precioso como é a água, porque existiam por todo o lado bocas de rega sem contador, e neste momento essa situação já está a ser alterada, em muitos pontos, e estão a ser instalados muitos contadores, para podermos medir a água que é gasta e consumida, assim como se está a identificar muitas situações de bypass 's de água, de ligações clandestinas, e de água que é verdadeiramente roubada, e felizmente que se estão a identificar as situações, e que não poucas, e onde a Câmara vai lá e põe ordem na bagunça, como uma situação noticiada pela comunicação social, há cerca de 2 anos, em Vale do Lobo, uma série de pessoas que pura e simplesmente não pagavam água, outros tinham ligações clandestinas, e como tal, foram feitas várias queixas contra a Câmara Municipal de Loulé, e acabaram em artigos de jornais, e foi preciso por ordem nisso, e recuperaram-se milhares de euros àquelas pessoas, e na Orgânica nova da Câmara, o assunto da eficiência hídrica é tão importante, que a Câmara tem uma equipa que já está a trabalhar com o Instituto Superior Técnico, e temos candidaturas para instalar contadores inteligentes, uma delas de cerca de 600.000 euros ao PO SEUR, caudalímetros, as obras novas que se vão fazendo, todas elas agregam know how e conceitos das smart cities, exatamente para a gestão eficaz e responsável da água, a Câmara está reorganizar-se, com um Gabinete próprio só com essa missão, e uma das missões é fazer o cadastro georreferenciado das redes.-----

Quanto à questão do Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre o porquê de não ter mobilizado a comunidade escolar para a greve para chamar a atenção dos políticos no mundo relativamente às alterações climáticas, disse que soube da mobilização, foi lá, cumprimentou os miúdos, em frente ao Fórum de Faro, esteve lá muito pouco tempo, porque não se quis adesivar à autoiniciativa dos jovens, de se preocuparem com uma questão que é tão crucial ao futuro da humanidade, como tal foi lá só cumprimenta-los, disse-lhes que tinham a cumplicidade do Concelho de Loulé, e voltou para a Câmara de Loulé, fez aquilo que achou que tinha de fazer.-----

Quanto a outra questão colocada, referiu que existe um Regulamento Municipal para a utilização dos espaços e equipamentos desportivos.-----

Em relação à obra da Laginha Serafim, é verdade que era para ser feita lá uma ciclovia, só que com as polémicas da ciclovia de Quarteira, está a fazer-se uma ponderação e para já não vai ser feita a ciclovia na Avenida Laginha Serafim.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sobre a questão da cultura e da atribuição da distinção ao Município de Faro, disse que ficou muito feliz por ter ganho este prémio, e quanto mais iniciativas culturais surgirem no Algarve e no País, pessoalmente sente-se feliz, porque acredita que a cultura é uma ferramenta poderosa para nos elevar a todos, para termos cidadãos mais responsáveis, mais informados, mais críticos, e a sociedade só melhora também por via do enriquecimento cultural da cidadania, no entanto como o Município de Faro está num projeto de candidatura para Capital Europeia da Cultura e que provavelmente, deve de facto ter havido ali um lobby político para que Faro seja Capital Europeia da Cultura, e que isso o deixa satisfeito, tendo-se disponibilizado junto do Presidente da Câmara de Faro, a colaborar no que for preciso, até para funcionarem em rede, contudo, referiu que a qualidade da programação cultural de Loulé, não tem comparação possível com nenhuma outra na região do Algarve e até no País.-----

Sobre os projetos sociais em Quarteira, referiu que há vários, o apoio contínuo às IPSS's, nas obras de melhoramento das suas instalações, na aquisição e renovação das suas frotas de transportes, em breve, também vão ser inauguradas 40 hortas comunitárias, para agricultura em pequena escala para cidadãos de Quarteira, também há cerca de 50 cartões, para que pessoas com fragilidade económica, possam adquirir e ter acesso a medicação de forma gratuita, ao abrigo deste protocolo com a Fundação Dignidade, e a partir deste Verão vamos ter pela primeira vez, uma Instituição aberta até às 24 horas, para as mães e pais, que trabalham na hotelaria, e que têm horários difíceis, vão poder deixar as suas crianças à guarda de Técnicos da CML numa das IPSS's, nas Freguesias de Quarteira e Almancil, e em termos de obra, a Câmara está a planear construir uma nova Creche, em Quarteira, e outra em Loulé, pois já há terrenos identificados, projetos, para que a breve prazo se possa dotar o Concelho de Loulé de mais equipamentos para a Infância.-----

Por fim, respondendo à Senhora Deputada Ana Francisca Sousa (PSD), sobre o que é que se passou entre o Presidente da Câmara de Loulé e o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, em que este último, no final do mês de Março deixou de ser Adjunto do Presidente da CML, disse que tratou-se apenas de uma rescisão amigável, para que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, se possa dedicar ainda com mais tempo, para ver se da próxima vez, ainda consegue uma vitória eleitoral ainda mais expressiva, do que aquela que conseguiu da última vez.-----

Terminadas todas as intervenções sobre este ponto, a Senhora **Presidente da Assembleia (por substituição)**, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

5- Moções:-----

Neste ponto, a Senhora Presidente da Assembleia (por substituição), informou que o Grupo Municipal do BE, apresentou 2 Moções, a primeira "Moção pelo Combate à Violência de Género", e a segunda "Moção sobre Plano de Estratégia Local de Habitação".-----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que uma vez que estas Moções foram enviadas atempadamente a todos os Senhores Deputados Municipais, para tomarem conhecimento do seu conteúdo, dispensou a leitura das mesmas. Referindo-se à primeira, "Moção pelo Combate à Violência de Género", disse que de facto o problema da violência doméstica e da violência de género, tem realmente, em que neste ano já ultrapassou tudo o que era desejável, em que neste momento já temos perto de 13 mortes verificadas, enumerando de seguida as recomendações que o Bloco de Esquerda fez ao Governo nesta Moção, a qual será anexa e que fará parte integrante desta Ata.--

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), dizendo que o Grupo Municipal do Partido Socialista, iria votar favoravelmente esta Moção.-----

Também foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), que disse que a Bancada do PSD também se revê nesta proposta, porque são contra qualquer tipo de violência, especialmente neste, e nesse sentido, obviamente que irá votar a favor desta Moção.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Farrajota (CDS), que também manifestou o seu acordo na votação desta Moção.-----

Ainda pediu a palavra o Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), dizendo que infelizmente, esta temática é cada vez mais importante, e que todas as vítimas registadas este ano, são do sexo feminino, e faz cada vez mais sentido, lutarmos contra este tipo de violência e lembrou que no mandato de 1997-2001, foi criada uma Rede de Apoio para vítimas de violência, no nosso Concelho.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se seguida à votação da "Moção pelo Combate à Violência de Género", tendo a mesma sido votada e aprovada por unanimidade.-----

De seguida, foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), para apresentar a segunda "Moção sobre Plano de Estratégia Local de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Habitação”, dizendo que seguindo a regra da Moção anterior, como é do conhecimento de todos, dispensou a leitura da mesma, contudo, quis referir que todos sabem das pessoas que querem vir morar para Loulé, que as dificuldades de habitação são realmente enormes, e o Bloco de Esquerda considera que ao abrigo da nova legislação, que entretanto foi aprovada pela Assembleia da República, e que foi vertida no Decreto-Lei n.º 37/2018, onde estabelece o primeiro direito do programa de apoio ao acesso à habitação, e que é urgente, a Câmara proceder a um levantamento das necessidades de alojamento habitacional, com vista a identificar agregados familiares no Concelho, em situação de grave carência habitacional, há certas zonas deste Concelho, particularmente nas zonas urbanas de Loulé, Almancil e Quarteira que têm mais carências. O Concelho de Loulé continua a ser atrativo, e têm vindo a instalar-se neste Concelho, algumas instalações administrativas do Estado, que atrás delas trazem profissionais, famílias, crianças, e que precisam de uma casa e têm que procurar noutra Concelho ou então arrendar um quarto com poucas condições para a família, e nesse sentido, e porque o programa do PS para Loulé é bastante explícito, nesta matéria, que colocou como uma das grandes prioridades do Município, o problema da habitação, e nunca é tarde para se começar, e o que o BE propõe, é que a Assembleia recomende ao Executivo Municipal, que elabore com urgência o Plano de Estratégia Local de Habitação, previsto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de Junho, e priorize as soluções habitacionais que pretende ver desenvolvidas no Município, ao abrigo do primeiro direito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, bem como, envidar esforços para a conclusão a curto prazo do processo cadastral do Município, e que dê início, num curto prazo, a um processo de criação de nova habitação social e a custos controlados em todo o Concelho, principalmente incidindo nas áreas mais necessitadas, e que elabore um Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, cujo objetivo prioritário será direcionado para as famílias mais vulneráveis e para as famílias que tendo capacidade financeira, a mesma é insuficiente para a obtenção de crédito necessário ao respetivo arrendamento habitacional.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que relativamente a esta Moção, disse que tinha muitas reservas e muitas dúvidas, porque na sua opinião, ela tenta consagrar toda a política habitacional, e o novo regime de arrendamento urbano, e este novo regime veio dar uma volta total na Lei do Arrendamento, e como tal, disse que concorda com a parte da Moção que refere a criação de mais habitação a custos controlados, mas com a pretensão de ser tão ampla e de abranger toda a matéria do arrendamento, quando neste momento estamos com um instrumento que neste momento está ainda em fase de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apreciação, disse que pessoalmente não vai votar esta Moção.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que a Bancada do PS não irá deixar de apoiar o espírito da Moção, e tendo em conta a recomendação que foi dada, que temos que avaliar tudo o que é legislação recente sobre o arrendamento, como tal, isto ficaria sublime à Moção, mas tendo em conta as realidades da legislação, com certeza que a o PS irá apoiar.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que em relação a esta Moção do BE, a Bancada do PSD só pode estar a favor da mesma, e por alguma razão, desde a primeira hora que esta Bancada, defende uma política de habitação, e em grande parte das Sessões da Assembleia, tem apelado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que olhasse com carinho para esta problemática, porque esta problemática traz na realidade outra consequência, que é o emprego, e isto tal como diz uma expressão "é uma pescadinha de rabo na boca", não se consegue casa, não se consegue emprego, e vice-versa, e por isso desde sempre que o PSD motivou, incentivou e criticou de forma construtiva, para que este Executivo desse um pouco mais de ênfase e mais atenção à política de habitação, que aliás, vem no eixo 2 do Programa Eleitoral do Partido Socialista, onde o primeiro subscritor é o Senhor Presidente da Câmara, mas o certo é que 6 anos após a Tomada de Posse deste Presidente da Câmara, até ao momento a política de habitação é zero, e se não fosse por pressão do PSD e do BE, a Câmara Municipal, nem os 8 lotes do CLONA teria comprado, assim, obviamente que a Bancada do PSD irá votar favoravelmente esta Moção, porque reitera o esforço e a dedicação feita pela oposição, na política de habitação, que é urgente e necessária para Loulé, porque o tecido económico tem proliferado e para que possamos manter mais pessoas no Município, precisamos de mais habitação, fazendo todo o sentido esta Moção do Bloco Esquerda, no sentido de ser criada uma política de habitação para conseguirmos trazer para o nosso Concelho, pessoas qualificadas, que queiram trabalhar cá.-----

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, dizendo que vai votar favoravelmente esta Moção, no entanto, considera que esta é muito complexa, sobretudo na dimensão que tem a ver com a nova legislação que saiu sobre a Lei do Arrendamento, é complexa, é profunda, com consequências sociais graves, e trata-se de uma área que não é pacífica porque realmente a nova lei é muito restritiva quanto ao arrendamento, o que leva a muitas pessoas a terem casas que não alugam, porque julgam que a lei do arrendamento não as defende, e quanto ao Plano Municipal, disse que estava de acordo, deve existir, e que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

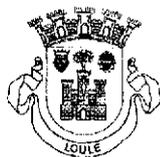
importante acautelar esta questão, e no seu entender, esta Moção tem estas duas dimensões que do seu ponto de vista, são distintas.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que a intenção de voto da Bancada do CDS relativamente a esta Moção do BE, será favorável, no entanto, referiu que fica aquém, e tem ficado ao longo dos anos, mesmo décadas, pois se há dificuldades no arrendamento, e essa dificuldade no principio resumia-se à não possibilidade de aumentar as rendas, chegando os prédios à degradação, nas grandes cidades e até nas pequenas, que é do conhecimento de todos, e no seu entender, para mudar tudo, é preciso que haja vontade por parte do Governo Central e da vontade politica, porque a nível local pouco se pode fazer, a não ser, tentar influenciar o Governo Central, e o que gostaria de sugerir ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), ao Executivo e a todos os Senhores Deputados, é porque é que as novas habitações não podem ter um valor de renda adequado à realidade do mercado, apenas as novas, e as que estão ficam, para não obrigar a população da 3.ª idade, a abandonar as casas onde sempre viveram, e não ter para onde ir, mas se há falta de habitação, deve-se construir, mas com rendas ajustadas à realidade do momento, porque talvez assim algumas pessoas talvez voltem a investir, criando postos de trabalho, arrendando novamente casas, e aumentando a riqueza do País.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, esclarecendo que de acordo com o Programa Eleitoral do PS e em sede de Plano e de Orçamento, foram adquiridos lotes para o efeito de habitação, ou seja, que o Executivo já tomou algumas iniciativas.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que iria votar favoravelmente esta Moção, contudo, disse que gostaria de deixar um testemunho, que o ano passado 500 Nepaleses estiveram na Fundação António Aleixo, a aprender português, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé, e que alguns já se foram embora porque não têm onde dormir, chegaram a partilhar o mesmo apartamento 12 Nepaleses, e a falta de habitação não é só um problema dos Nepaleses, é um problema que se encontra por todo o lado.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou a sua intervenção por felicitar o Bloco de Esquerda por esta iniciativa, porque é sempre importante trazer à discussão um assunto tão importante como este da habitação, mas a habitação, a saúde e a educação, são os pilares fundamentais da dignidade humana e de uma sociedade, pelo que, o assunto da habitação, deve ser definido como prioritário por um Município, e diz que hoje tem pena de não ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

feito ainda mais do que fez, enquanto Presidente desta Autarquia nos 12 anos em que cá esteve, no entanto, deixou obra feita, construiu habitação social em Quarteira, em Loulé, em Almancil, na Tôr, mas a seu ver ainda foi insuficiente, e não acredita que é através de Decretos-Leis que se resolve o problema da habitação, no seu entender, o problema da habitação resolve-se desde que haja pela parte do Poder Público, a oferta de habitação e de construção de habitação, que possa desta forma colmatar as grandes deficiências que existem de momento, e a Autarquia de Loulé, com a sua atual capacidade económica, já poderia ter feito mais e de uma forma muito melhor, e há outro aspeto que é muito importante e que tem que se considerar, porque é urgentíssimo, e já ultrapassou todos os limites, que é a Revisão do PDM de Loulé, porque o PDM é um instrumento fundamental para permitir a construção de mais habitação, e no seu mandato, quando se começou a discutir e a definir, a localização e a implementação no Concelho de Loulé, de grandes investimentos que iriam oferecer milhares de postos de emprego, como se veio a verificar na zona do IKEA, Mar Shopping, os casais jovens que viriam para aqui trabalhar, teriam obrigatoriamente que procurar habitação em Loulé, Quarteira e Almancil, e o Município tinha que, antecipadamente, oferecer habitação e condições para que cá ficassem a viver, para beneficiar desse investimento, o que não foi feito por este Executivo PS, e agora estamos numa situação muito mais grave.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, reiterando que estava a favor de quase todo o texto desta Moção, com cerca de 95% desse texto, no entanto, não pode concordar com um parágrafo, relativamente ao Arrendamento, e com a elaboração imediata de um Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, porque neste momento ainda não se sabe a verdadeira incidência, da Lei n.º 13/2009, porque esta lei é tão restritiva e profunda, e veio impor concretamente a criação do IMA, entre muitas outras coisas, e no seu entender esta lei vai ter um efeito contrário e vai restringir mais o mercado do arrendamento, e se efetivamente precisamos de casas para arrendar, esta lei restritiva vai produzir o efeito contrário, e assim sendo, votaria favoravelmente esta Moção, se o seu texto fosse alterado, porque o facto desta ser tão profunda e tão abrangente, que acaba por ser extremamente contraproducente, em termos do seu efeito.-----

Foi dada novamente a palavra ao proponente da Moção, Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, esclarecendo que se deve falar do futuro e não do passado, e como agora o Governo foi sensível nesta matéria, deixou uma abertura, cabe agora aos Municípios agarrar essa oportunidade, e resolver o problema grave de habitação neste Concelho. Quanto ao Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

referiu que não é uma situação inédita na região do Algarve, há já pelo menos 4 ou 5 Municípios que o fizeram, dando o exemplo do Município de Lagos, que o fez em Dezembro passado, e como o Município de Loulé, já comprou 8 lotes de terreno para construção de habitação, e como essa construção só vai ser efetiva daqui a 3 ou 4 anos, e este Regulamento iria colmatar, a curto prazo, algumas das grandes dificuldades que têm as pessoas, de poderem pagar um arrendamento, ou seja, podem pagar 300€, mas não podem pagar 400€, e a Câmara Municipal complementaria este tipo de arrendamento, isto não é inédito no Algarve, basta consultar as diversas Câmaras que já têm isto em vigor, como o caso referido de Lagos, e isto resolvia muitos problemas, e este Regulamento será direcionado para as famílias que não têm capacidade financeira, que não podem ir para créditos bancários, e que não conseguem pagar os valores de arrendamento atuais, este tipo Regulamento e de apoio, poderia complementar o pagamento dessas rendas aos senhorios, pelo que, considera que o texto da Moção deve manter-se tal e como está, porque a intenção não é eclodir com a lei que está em discussão ou com a lei que se pratica em Lisboa, em que é tudo quase para o alojamento local, tornado cada vez mais os centros urbanos desertos, e entende, que esta medida pode resolver o problema no Concelho de Loulé, relativamente ao problema da habitação, reforçando que irá manter este ponto na Moção com este esclarecimento que foi dado.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que depois de ouvir os Senhores Deputados discutirem a Moção do BE, referiu que o Executivo está a ultimar a Estratégia Local de Habitação, está tudo concluído, foi um longo trabalho que será apresentado oportunamente, e a importância que reveste aquela estratégia e as consequências que trás, a médio e a longo prazo. Referiu também que o Regulamento de que se falou, está previsto no Plano de Estratégia Local de Habitação, e todo o teor da Moção apresentada pelo BE, não tem ponto nenhum que não esteja contemplado na Estratégia, que oportunamente o Executivo irá anunciar publicamente.-----

Voltou a pedir a palavra o proponente da Moção, Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que ainda bem que existe consonância nesta matéria, realçando e afirmando, que o Bloco de Esquerda fez um Questionário ao Ministério que tutela esta área, e que o Município de Loulé, a Autarquia de Loulé pediu um apoio e financiamento de 40 milhões de euros, no âmbito do Orçamento Geral do Estado de 2019, e que o pedido da mesma estava em análise, não se sabendo até à data se este processo já passou à fase de aprovação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Não havendo mais intervenções, passou-se seguida à votação da **“Moção sobre Plano de Estratégia Local de Habitação”**, apresentada pelo BE, tendo a mesma sido votada e aprovada por maioria, com 1 abstenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS).-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:-----

6- Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 21/2019- Informação sobre a Visita de uma Delegação da Assembleia Municipal à Estrada 125 e Recomendações;-----

Relativamente a esta proposta, a Senhora Presidente da Assembleia (por substituição), referiu que, como o Relatório Síntese desta Visita, foi da autoria do Senhor Presidente da Assembleia, e uma vez que ele não está presente nesta Sessão para fazer a sua apresentação, sugeriu a todos os Senhores Deputados, que esta proposta fosse discutida na próxima Sessão da Assembleia, colocando esta sugestão à consideração de todos.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado **Carlos Martins (BE)**, dizendo que da parte da Bancada do BE, concorda que esta proposta seja adiada, uma vez que o relator não está presente, e que seria indelicado por parte dos Deputados, participarem nesta Sessão, à discussão desta proposta.-----

Também pediu a palavra a o Senhor Deputado **Carlos Costa (PS)**, dizendo que concordava com o que tinha sido dito anteriormente pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), e que esta proposta seja reagendada e discutida na próxima Sessão.-----

Usou igualmente da palavra o Senhor Deputado **Mário Botelho (PSD)**, dizendo que da parte da Bancada do PSD, não há qualquer objeção ao adiamento da apresentação e discussão desta proposta e que vê com agrado a passagem da mesma para a próxima Sessão.-----

Pediu também a palavra o Senhor Deputado **Fernando Santos (Independente)**, dizendo que não entende porque é que a proposta não pode ser lida nesta Sessão, mas também como não fez parte da Delegação da Assembleia Municipal que fez a Visita à 125, não entende porque é que o assunto é assim tão complexo que não possa ser debatido nesta Sessão.-----



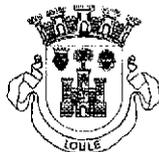
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta e havendo concordância por parte das Bancadas Municipais, a Senhora Presidente da Assembleia (por substituição), a apresentação e discussão desta proposta foi adiada para a próxima Sessão.-----

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se de imediato ao ponto seguinte:-----

b)- Proposta 22/2019- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e para efeito do previsto na alínea m) do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 543-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

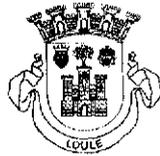
Para apresentar esta proposta, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por dizer que se tratava de uma nova proposta, de uma nova orgânica do Executivo Municipal, que constitui a ferramenta através da qual o Executivo faz a gestão dos recursos técnicos e humanos da Câmara, para concretizar aquelas que são as suas metas e os seus objetivos, e estando quase a meio deste mandato, entendeu-se que tendo pela frente um conjunto de novas competências que nos chegam, por via da transferência de competências da Administração Central, e por outro lado, atendendo também à emergência das novas temáticas da gestão autárquica que até aqui praticamente não eram consideradas, e há projetos para o futuro, objetivos a atingir, e esses novos desafios não podiam deixar de ter tradução orgânica, e neste momento estamos a apresentar esta nova proposta, dizendo que considere-se ainda que temos uma situação financeira, equilibrada, com recursos que precisam de ser investidos para resolver necessidades, e para alavancar esse trabalho, a Câmara precisa de se dotar da organização orgânica, que se impõe até ao final deste mandato. Resumindo esta proposta, disse que o que traz de novo são mais 16 novas estruturas, entre Departamentos, Divisões e Gabinetes, houve um aumento relativo de unidades orgânicas, passando de 45 para 61 unidades orgânicas, o que se traduz num acréscimo de despesa de 18,1%, as contas foram feitas e representa um custo anual de mais 1,5% desta estrutura, e em termos de competências, recebemos 7 novas competências, transferências da Administração Central, e que já foram aceites, gestão municipal dos jogos de fortuna e azar, responsabilidades no âmbito das vias de comunicação, no âmbito da justiça, no âmbito das estruturas de atendimento ao cidadão, no âmbito do património imobiliário público sem utilização, no âmbito da proteção civil, e no âmbito do policiamento de proximidade, e vamos receber mais 3 até Junho, e até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ao próximo ano vamos ter que receber, a habitação, as praias e o estacionamento, como tal, isto configura uma série de novas áreas de intervenção municipal, que irão exigir mais recursos afetos a estas novas funções, e também porque vamos ter novas unidades orgânicas, no domínio da habitação, porque por um lado temos um parque habitacional bastante significativo, em que iremos receber a sua gestão no ano de 2020, e temos ainda toda a Estratégia Local de Habitação para implementar, a médio e a longo prazo, e daí ter sido criado um novo Gabinete. Disse também, que iremos receber responsabilidades na área da saúde, tal como na área da educação, que é uma área em que se trabalha há muito tempo, e que hoje é um mundo dentro da Câmara Municipal, porque o volume de trabalho que tem, os desafios, o número de escolas, o número de alunos, é um setor suficientemente robusto para justificar ter um Departamento, e assim a educação foi separada do desporto, porque o desporto, também pelas mesmas razões, número de equipamentos desportivos, número de clubes e associações, atletas, justificam também ter um Departamento, com Unidades Orgânicas afetas. Também a eficiência hídrica e a eficiência estratégica também terão 2 Gabinetes, e tudo o que diz respeito ao ambiente e às alterações climáticas, e aos objetivos de desenvolvimento sustentável, tão importantes no Mundo, serão trazidos para a gestão Autárquica, porque nos últimos anos têm dado passos muitos rápidos, requerem mais recursos humanos afetos, chegando a hora destas Unidades Operacionais, passarem à categoria de Divisões. Igualmente, a auditoria interna, é uma área que merece mais atenção, assim como o trabalho na prevenção dos riscos da corrupção, são matérias muito exigentes às quais o Executivo quer trabalhar ainda melhor, e para tal houve a necessidade de criar uma Unidade Orgânica, com esse fim. Informou por fim, que também irá existir outro novo Departamento, Jurídico e Administrativo, para dar eficácia na atuação do Município, e resumindo, disse que nesta Estrutura são mais 3 Gabinetes, 3 Departamentos, 7 Divisões e mais 3 Unidades Operacionais, e que assim a Câmara Municipal ficará com os recursos adequados, para continuar com a tarefa a gerir com eficácia, com eficiência, os recursos desta Câmara, no contexto da Região e no contexto do País.-----

Iniciando o debate sobre esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Botelho (PSD)**, que começou por dizer que se calhar era desnecessário a Bancada do PSD falar sobre este assunto, e tomar alguma posição sobre o assunto, uma vez que a decisão sobre esta proposta já foi tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, mas obviamente que o PSD não pode deixar de se pronunciar sobre este novo organograma, e nesse sentido, disse ao Senhor Presidente da Câmara, o que é se passou nos últimos 6 anos? 3 ou 4 reorganizações municipais em 6 anos de mandato?! Alguma coisa está mal, ou são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

as pessoas que não são capazes, ou quem decide é incapaz, questionando o Executivo, se atualmente existe algum estudo que fundamente, que a atual organização está mal, não é produtiva?! Porque se existe deveria ser do conhecimento de todos, e se existisse teríamos todos uma justificação óbvia para esta nova reestruturação, porque não existindo, não se entende o porquê de uma nova reorganização, ou será só por livre arbítrio do Senhor Presidente da Câmara?! E é isso que a Bancada do PSD contesta, porque já na última reorganização municipal, o Senhor disse que esta era necessária para se adequar aos Decretos de Lei, e agora, passado tão pouco tempo, aí vem mais outra justificação, sobre o mesmo propósito, o que demonstra que algo está errado, e o que a Bancada do PSD acha, é que de 2013 a 2019, o Senhor Presidente da Câmara, aumentou mais, 1 Direção Municipal, 5 Departamentos, 12 Divisões, 7 Gabinetes, e 11 Serviços/Unidades de Apoio, e a Bancada do PSD gostaria de saber, quantos funcionários aumentaram nesta Câmara entre 2013 e 2019? Porque neste momento temos 2.200 funcionários, o que representa 2.2 milhões de euros de despesa por mês, e ainda quer aumentar mais a despesa com o pessoal? Qual é o efeito desta nova reorganização, e dos custos com o novo pessoal? Reforçou, que o que realmente a Bancada do PSD contesta, é que a Câmara Municipal de Loulé, tornou-se num Centro de Emprego, especialmente para quem tem cartão de militante do PS, e é isso que o PSD contesta, mas possivelmente o Senhor Presidente da Câmara aproveitou alguma dica do Senhor Primeiro-Ministro António Costa, com a familiarização do Estado, e por este andar o Senhor Presidente da Câmara estará no bom caminho de conseguir isso, é duro de ouvir, mas é a verdade do que se está a passar, e o que preocupa claramente a Bancada do PSD, é que o Senhor Presidente da Câmara, está a gerir os meios e os recursos públicos, e como tal, não tem o direito de entrar em despesismo desnecessário, porque com 2.200 funcionários provavelmente já seremos a maior empresa de Lisboa para baixo, e será que ainda necessitamos de mais funcionários na Câmara Municipal de Loulé ?! Porque o PSD não está contra os funcionários públicos, mas sim, contra o despesismo, e neste momento o Senhor Presidente da Câmara está a entrar nesse campo, no despesismo desnecessário.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), dizendo que era um crítico da gestão ou da falta dela, da competência ou da falta dela, e da incapacidade de decisão política deste Executivo, e tem afirmado ao longo destes anos, que tudo o que é para aprovar, é aprovado anos depois, e hoje ficou a saber que apesar dos Estudos referidos, em que era afirmado que não existia necessidade de haver mais escolas básicas e creches, afinal hoje já são necessárias, e sempre se vai fazer alguma coisa, umas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

salas de creche em Quarteira, uns contentores na Escola S. Pedro do Mar, mas isso não tem importância, e o problema não se tem resolvido, não por falta de dinheiro, porque não se tem gasto dinheiro, e votou contra o Orçamento para 2019, porque havia uma entrada de 15 Técnicos e 80 ou 90 Técnicos Operacionais, e sempre pediu que fosse apresentada nesta Assembleia, uma lista de todos os Engenheiros, Economistas, Geógrafos, pelas diversas categorias, desde 2010 até ao presente, para que alguém olhasse para este assunto, mas parece que este assunto não interessa a ninguém, e agora aparece este organograma, muito bonito com umas Seções muito engraçadas, mas se a Câmara já não tem Técnicos suficientes, agora ainda se dispersaram por uma série de mais capelinhas, e isto em termos de gestão é um disparate, não é um erro, é mesmo um disparate, e o tempo irá demonstrar isso, e até final do ano, não irão entrar os Técnicos que deverão entrar, uma vez que têm que ser licenciados e têm que ter vínculo à Função Pública. Referiu, que sempre votou todos os organogramas que foram apresentados nesta Assembleia, quer tenham sido apresentados pelo PSD, quer pelo PS, e não é nesta Sessão que vai inverter essa decisão, contudo, disse que este Executivo PS tem todo o direito, e é legítimo, aprovarem tudo o que entenderem, porque gerem este Município, e devem ter a estrutura que pretendem, mas lembrem-se que estão a cometer um disparate, em termos de gestão, é um erro absoluto o que o Executivo está a fazer, porque deviam era concentrar os Técnicos em determinadas células, para dar respostas, porque neste momento a Câmara encomenda os trabalhos todos fora, e deveriam fazer o contrário, ao concentrarem os Técnicos em determinadas áreas, e terem massa crítica, e produtiva, e agora com este organograma, acabaram por dispersá-los, e questionou o Executivo, sobre quantos Técnicos destes, vão chefiar Departamentos, Divisões, Unidades Operacionais, em que não têm um único colaborador?-----

Usou da palavra o Senhor Deputado **António Farrajota (CDS)**, dizendo que o que tem a dizer sobre este assunto, vai muito ao encontro do que acabámos de ouvir, e como homem de gestão, um organograma é o documento ou a ferramenta mais importante para a gestão de uma empresa, e a Câmara é uma empresa, e super complexa, e ao fazer um organograma, nos moldes do último, em que não o votou, porque veio à Assembleia só para informação, considera logo à partida que isto vai ser um desastre, é o que sente como gestor, porque esta organização dos Serviços da Câmara é muito complexa, e requer um trabalho extenuante, e os custos de operação irão aumentar, e num organograma, deve contar um Departamento de Avaliação dos Funcionários, como todas as boas empresas têm, e também um Departamento de Motivação, porque neste momento contacta e vê funcionários da Câmara de Loulé, nalguns Departamentos, e o que vê na cara das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

peças é tristeza e falta de motivação, obviamente que não será a cara de 2.200 funcionários, mas é a de muitos, como tal, sugeriu que fosse criado no organograma um Departamento de Avaliação e de Motivação das pessoas, e que seja feita pelo menos 1 vez por ano.-----

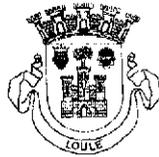
Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que antes de iniciar a discussão sobre esta alteração ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, citou as palavras do Senhor Presidente da Câmara, no debate da última revisão deste Regulamento, ocorrido em 30/11/2017, *"...que esta proposta, se trata da principal ferramenta de trabalho para os próximos 4 anos. Foi cumprido um objetivo, entrar em 2018 com a casa arrumada em termos de estrutura orgânica, para que este Executivo conseguisse desenvolver o seu trabalho e adequar os recursos Técnicos e Administrativos da Câmara à estratégia política do Executivo."*, mas como assistimos e verificámos, ao longo destes últimos 18 meses, a casa não foi, nem está arrumada, e a referida estrutura orgânica não durou mais que 1 ano e meio, mais adiante, e a pergunta do BE, o Senhor Presidente da Câmara fez uma afirmação, *"...obviamente que as pessoas no organograma virão a seu tempo, e que o critério de escolha a seguir pelo Executivo, é um duplo critério, em primeiro lugar, é o de orientação com a política do Executivo, e em segundo lugar a competência, as provas dadas e o potencial que têm"*, esta afirmação traduz-se no insucesso daquilo que era para durar 4 anos, porque a escolha foi feita pelo alinhamento político, partidário, em detrimento da competência, e mesmo com muito dinheiro disponível, os resultados estão à vista, as promessas vão caindo umas atrás das outras, ficando cada vez mais adiadas no tempo, e sem hipóteses de serem concretizadas durante este mandato, tal como a Circular de Loulé, o Saneamento Básico de Águas na EN 125, a Construção de Habitações, Lares, Creches, aumento de Salas de Aulas do Pré-Primário, e durante o mandato anterior, 2013-2017, o Regulamento sofreu 6 alterações, e agora em menos de 2 anos, mais 1 alteração, e desta vez, de monta, com custos acrescidos para os contribuintes e fregueses do Município, de consequências impensáveis no caso de uma crise imprevisível. A moderna gestão, aligeira as estruturas, recorrem a empresas especializadas e otimizam os Serviços, descentralizando Serviços Partilhados, e tornando a estrutura polivalente e descentralizando competências para as Freguesias, mas a Câmara Municipal de Loulé, vai no caminho inverso, e há qualquer coisa que não bate certo em tudo isto, porque aparece com uma super estrutura dos tempos da União Soviética, e a primeira questão que preocupa o Bloco de Esquerda, é o que falhou, para termos que rever novamente o mais importante Regulamento da gestão municipal? Foi criada uma estrutura organizativa adequada com a nova realidade política, o Partido Socialista ganhou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

as últimas eleições com uma confortável maioria absoluta, e tem autoridade para proceder às alterações que bem entender, mas cabe à oposição ter o direito de ter uma opinião diferente. Para além do Presidente foram eleitos mais 6 Vereadores, e o quadro de Dirigentes e o número de funcionários aumentou, no entanto, algo falhou, ou por falta de liderança e incapacidade de transmissão da estratégia que se pretendia implementar, porque o certo é que os Serviços Municipais não mostraram a melhoria que nos foi prometida, as obras não arrancam, apesar de uma ótima situação financeira, os projetos tardam ou são alterados com frequência, os concursos das obras emperram ou são anulados. Será que o problema reside somente nos Técnicos nomeados e de confiança?! O argumento principal evocado pelo Executivo tem a ver com a transferência de novas competências do Estado para as Autarquias, principalmente nas áreas da Educação e Saúde, porque nas outras áreas é residual, o que para o BE, não é motivo suficiente, para ter ocorrido um aumento tão grande de cargos de Dirigentes do Município, adstritos a diversos Departamentos, Divisões, Gabinetes, Serviços de Apoio Administrativo e Unidades Operacionais.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que começou a sua intervenção, dizendo que sempre foi um defensor na sua gestão, do Governo Local, lutou por várias áreas, e como gostaria que o Governo lhe tivesse dado a oportunidade de gerir a exploração na modalidade de Jogos de Fortuna ou Azar, Vias de Comunicação, Justiça, Estruturas de Atendimento ao Cidadão, Património imobiliário Público, Policiamento de Proximidade, Proteção Civil, Praias, Habitação, Estacionamento Público, Proteção e Saúde Animal, Segurança dos Alimentos, Educação, Cultura, Saúde, e isto que se está a constituir, é uma verdadeira região neste território, e o que se está a comparar aqui com 1, 2, 3 e mais alterações de organograma, não tem nada a ver com o que está aqui, começa uma nova época no Município de Loulé, há aqui um grande desafio para os novos gestores, para os atuais e para os que ainda virão, e quando houver alternância de poder, gostaria de ver o que é que o PSD vai fazer nessa altura, será que vão passar para o Governo Central as competências que agora nos vão ser distribuídas?! Isto é a verdadeira municipalização do que está em marcha, porque não vai haver regionalização, porque não há nenhum Presidente de Câmara que queira regionalizar o que quer que seja, porque cada Município pensa na gestão do seu Município, e agora o que se pretende, e utilizando uma expressão "Cavaquista" disse "Deixem-nos trabalhar!", o mandato é do PS, é nosso por mais quase 3 anos, e vai seguir-se por mais 4 anos, e a oposição fala em dinheiro, mas esta Câmara não está a ser bem gerida em termos financeiros?! Façam uma avaliação, peçam uma auditoria à Câmara, a oposição está à espera de quê? Se argumentam continuamente que a Câmara está a ser mal gerida. Por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

último disse, que agora é necessário complementar as coisas com autonomia política, lutar pela autonomia política.-----

De seguida também pediu a palavra o Senhor Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que teceu algumas considerações relativamente à atual gestão municipal, e referiu que as despesas com os funcionários ainda são poucas, deveriam ainda ser mais, dando o exemplo das escolas, porque ainda existe falta de pessoal, e noutras gestões havia sim quem só trabalhasse na Câmara de Loulé, porque tinha o cartão do Partido, e neste momento existem Vereadores sem cartões de Partidos, Deputados Municipais sem qualquer cartão de Partidos, Diretores de Empresas Municipais sem cartão de Partidos, uma Adjunta do Presidente da Câmara sem cartão Partidário, e isto diz-nos tudo.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado **António Farrajota (CDS)**, que respondendo ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), sobre a pergunta de que se a Câmara estava ou não a ser bem gerida?! Disse que obviamente que enquanto Deputados estão em Bancadas diferentes e maneiras de pensar diferentes, prioridades diferentes, e quis apenas dizer com isto que a gestão da Câmara, do ponto de vista do CDS, põe-se nos seguintes termos, há dinheiro e há dinheiro para investir, e o Executivo terá as suas razões para não o investirem, e na ótica do CDS, fazia todo o sentido em investi-lo terminando a Circular Sul, porque não se vê obra, entre outros.-----

Também voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado **Fernando Santos (Independente)**, que disse ter ficado surpreendido com a intervenção do Deputado Joaquim Vairinhos (PS), porque o que foi dito pelo Deputado, não era o que estava em discussão, e de facto, até é necessário haver mais Técnicos na Câmara, e quanto à questão dos custos, isso não é assunto, é falta de opinião, porque o que estamos a falar é de gestão, e esta estrutura orgânica está errada, dispersa-se em vez de se concentrar.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado **Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que gostaria de acreditar, tal como afirmou o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), em relação à transferência de competências para as Autarquias, que isto fosse algo positivo, para a emancipação das Autarquias, para a gestão, pela proximidade, pela racionalidade da utilização de custos, no entanto, disse que não acredita nisso, e na sua opinião, isto é a completa passagem de competências e de responsabilidades financeiras, para as Autarquias, sem falar na negociação feita entre a Câmara de Loulé e o Governo sobre o pacote financeiro, e da forma como acautelou a questão financeira, porque ultimamente o Município de Loulé tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

assumido responsabilidades financeiras que não são suas, substituindo-se ao Estado Central para as realizar, e não é da opinião que isso deva ser feito, e que daqui a uns anos estarão aqui todos para verem os resultados desta transferência de competências, para fazer uma avaliação desta situação, e dos prejuízos que isto vai causar ao Município de Loulé, dos entraves ao seu desenvolvimento, porque a Câmara de Loulé, vai efetivamente assumir responsabilidades em áreas para as quais não está preparada, nem tem condições para se preparar, dando o exemplo da enorme dificuldade em conseguir profissionais para trabalhar nos Centros de Saúde pelo Ministério da Saúde e pelas ARS's, e como tal, respeita a posição do Senhor Deputado Socialista, mas não partilha da mesma opinião, e em relação ao organograma, disse que não iria falar, porque durante 12 anos, conseguiu gerir este Município com menos quase 1000 funcionários, mas cada um sabe de si e os tempos são outros, mas também não podem obrigar a Bancada do PSD a ter a mesma opinião e pensar da mesma forma, de facto o PS teve maioria absoluta, o Executivo aprova o que tem a aprovar e assumem essa responsabilidade.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que sobre o Regulamento não iria tecer mais considerações, porque já disse tudo o que tinha a dizer, e a Câmara também já tomou a sua decisão, mas gostaria de falar também sobre a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que também o surpreendeu pela negativa, em primeiro lugar em relação à descentralização de competências para as Autarquias, e como sabe, isto foi uma situação imposta pelo Governo, e a transferência de competências para as Autarquias, envolve determinadas áreas, que quanto ao BE, não merecem muita discussão e que são fáceis de integrar na estrutura orgânica da Câmara que já existia, mas a questão que coloca é que esta Municipalização, com a qual esta Bancada não concorda na sua essência, nomeadamente nas áreas da Saúde, da Cultura e da Educação, que não ser substituídas do Estado para os Municípios, porque são coisa da responsabilidade do Estado, e que devem ser universais, e em que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos, e que agora são transferidos obrigatoriamente para os Municípios, e o Município de Loulé pela sua estrutura e capacidade até é capaz de dar resposta a isto, mas grande parte dos Municípios do País não têm capacidade, dando o exemplo de S. Brás de Alportel, que não tem condições para gerir o Centro de Saúde, e o Senhor Deputado do PS dizer que a oposição está contra, as coisas não são bem assim, porque o BE tem argumentos, e tem argumentos até a favor da Regionalização, e o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que até era um fiel convicto da Regionalização, agora acabou por o desiludir, porque não acredita que o PS seja capaz de propor a Regionalização, como tal se calhar terá que mudar de Partido, para o BE que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

favor da Regionalização, e temos que ver as coisas como elas são, porque quando fala da gestão dos Jogos de Fortuna e Azar, qual é a intervenção que a Câmara Municipal de Loulé vai ter na gestão dos Casinos? Diga uma. E qual é a intervenção da CML na Proteção Civil? Que já não tenha? E qual é a intervenção da CML vai ter ASAE? ou no Estacionamento de Proximidade? Porque temos a LC Global, por isso a única que vê que posa criar mais dificuldades de gestão é a das Praias, porque neste momento quem gere aquilo é a Capitania.-----

Também voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que haviam ainda 2 ou 3 pontos que gostaria de abordar, e começou por clarificar que este Executivo tem todo o direito e legitimidade para organizar a Câmara da melhor forma que achar e isso foi claramente manifestado nas eleições de 2017, todavia, também o PSD como oposição, poderá entender que esta não será a melhor forma, nem a melhor estrutura orgânica, e nesse sentido, tal como fizeram nas duas últimas reorganizações, nas quais o PSD se absteve na votação, concedeu essa dúvida ao Executivo, mas agora a argumentação do Executivo é diferente e esta estrutura vai-se duplicando de vez para vez, e nesse sentido o PSD quer deixar 2 indicadores, um já foi referido na última reorganização, mas que quer novamente reivindicar ao Senhor Presidente da Câmara, que a rigidez da estrutura de custos fixos com o pessoal, leva a problemas futuros, especialmente em ciclos económicos desfavoráveis, que acontecem frequentemente de 10 em 10 anos, e fazendo das suas as palavras do BE, não se pode aumentar demasiado a estrutura de custos fixos com os funcionários, justamente porque depois é impossível torná-la flexível, e isso levamos a outro ponto, à esterilização da economia, e o prolema é que quando o Senhor Presidente da Câmara diz que quer contratar Técnicos, na realidade o que se vê é Assistentes Operacionais e a Câmara acaba sempre por não contratar os Técnicos de que necessita, e é este o verdadeiro problema, diz uma coisa e faz outra, e é por isso que obviamente o PSD não poderá compactuar neste aumento de despesa e com esta reestruturação de rigidez de custos fixos que pode levar a dificuldades económicas futuras da Câmara Municipal de Loulé.-----

Voltou também a ser dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que continua a ser Regionalista, não deixou de o ser, e continua convicto, só não acredita é que a Regionalização seja realizável a partir do momento que se aprova esta Municipalização que se está a fazer.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que houve uma altura na sua vida que exerceu funções hoteleiras no Casino de Vilamoura, e uma coisa que o surpreendeu foi a inspeção de jogos que vivia dentro



[Handwritten signatures and scribbles]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Casino, e esclareceu para os que não sabem, que quando se compra 1 ficha, que representa uma quantidade de dinheiro, metade desse dinheiro vai logo para o Estado, e para as Finanças, quer depois jogue ou não jogue, e depois ainda há uma verba atribuída às IPSS's e à Santa Casa da Misericórdia, e não sabe como é que o Executivo, no futuro vai intervir.-----

Para esclarecer algumas questões, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente Pedro Pimpão, que sobre esta questão da nova estrutura orgânica, disse que não se trata de uma estrutura normal na sua base, porque estamos perante uma alteração substancial no País que é uma autêntica reforma do Estado, que está neste momento a ser feita, da Administração Central para a Administração Local, e tudo o que era uma reivindicação dos Municípios, neste momento está a ser posto em prática, e estamos perante uma verdadeira reforma da descentralização que vai ter no seu conjunto 23 diplomas, e muitos deles já saíram e ainda sairão mais, e estamos perante uma grande transformação daquilo que é a realidade autárquica, e como tal, teria que ser apresentada uma nova estrutura orgânica de acordo com esta nova realidade, não é um caso único, não é nenhuma loucura, tem a ver sim com uma transformação que não estamos habituados, porque é uma transformação única, desde o 25 de Abril, e no seu entender é de bom tom aproveitá-la e apoiá-la na sua plenitude, e há diplomas que são fulcrais, que teriam que ter uma transformação na estrutura orgânica, a Educação, que vai ter um impacto orçamental de mais de 50% daquilo que é o orçamento atual, a Saúde, que neste momento vale 100.000 euros, e que vai passar para cerca de 700.000 euros, e por isso, a sua estrutura em termos daquilo que vai ser a sua dinâmica, tem que ter uma estrutura dirigente própria, da realidade que vem aí, sendo estas 2 áreas fulcrais, e tudo o que as ronda, ao nível das infraestruturas, auxiliares, e estes apoios a nível local que vão ter que ser pensados a nível nacional, têm que ter estruturas dirigentes e estruturas técnicas preparadas para tal, e há um caminho que tem que ser feito, e o que os documentos de prestação de contas de 2018, que vão ser apresentados no final de Abril, vão revelar um aumento de 20% de Técnicos Superiores no final de 2018, é o maior aumento verificado a este nível, 10% de aumento de Assistentes Operacionais, e 4% de Assistentes Técnicos, e como tal, os Técnicos Superiores têm vindo a aumentar substancialmente na estrutura orgânica desta Câmara e ainda tem que ser mais acelerado, e por isso foram abertos mais 36 concursos no final de 2018, ou seja, estamos a aumentar a estrutura de pessoal, e a estrutura orçamental também vai aumentar, e perspetiva-se que cerca de 20% do orçamento vai aumentar em relação àquilo que são os pacotes financeiros. Referiu que não foi só a Lei n.º 50/2018 que mudou, também a Lei n.º 51/2018 que é a Lei das Finanças Locais, foi alterada, prevendo este aumento orgânico das estruturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

das Câmaras e por isso as Câmaras irão ter uma participação naquilo que é a receita do IVA, derivado da sua atividade económica, e a estrutura das Câmaras vai ter que estar preparada para isto.-----

Respondendo a algumas questões, disse que a contratação de Técnicos, não esgota a economia, e a estrutura de Dirigentes não é um custo fixo, o custo fixo é a estrutura de pessoal, porque os Dirigentes podem ser alterados sempre que o Executivo o entender, para mais ou para menos, e por isso, segue uma orientação estratégica do Município, ou seja neste caso trata-se de um custo variável. Clarificou que a Câmara Municipal de Loulé, não tem 2.200 funcionários, mas sim 1.712 funcionários a 31/12/2018, e que esta estrutura de pessoal, a 31/12/2018, estava abaixo em cerca de 150 de funcionários, daquele que foi o pico de funcionários em 2010, que na altura eram 1.828 funcionários, e neste momento o Executivo está de facto a aumentar a estrutura de funcionários, mas devido à reforma de Estado que vem aí a caminho, e que a CML tem que se adaptar a ela.--

Foi igualmente concedida a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, que dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), referiu que o que vem da Proteção Civil para a Autarquia, não era assim tão pouco, porque o Decreto-Lei n.º 24/2019, traz mais competências daquilo que hoje é a função da Proteção Civil Municipal, que também tem a competência das florestas, que é um dos focos a nível da Proteção Civil, e nessa matéria foi criado um Serviço de Apoio no novo organograma. Também o Programa Aldeias Seguras, que faz um trabalho de proteção no âmbito dos aglomerados rurais, necessita de mais pessoal Técnico nessa área. Terminou a sua intervenção, referindo o a área das praias, só em unidades balneares, teremos que tratar de cerca de 54 concursos públicos de concessão para as unidades balneares, fora os apoios de praia, fora toda a atividade balnear, fora toda a fiscalização de todas as praias do nosso Concelho.-

Ainda foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu que a Câmara se propõe a acentuar significativamente, no peso da estrutura orgânica, o peso das mulheres, o que também é uma nota de modernidade adjacente a esta equipa Autárquica.-----

Concluídas todas as intervenções sobre esta proposta, passou-se de seguida à votação da mesma:-----

b)- Proposta 22/2019- Deliberação relativa à Aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e para efeito do previsto na alínea m) do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

legal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 543-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (24 PS, 1 Deputado Independente), 8 votos contra (6 PSD, 1 CDS, 1 BE), e 2 abstenções do PSD (Presidente da Junta de freguesia de Salir, Deodato João, e a Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim, Maria Margarida Renda Correia).-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), que relativamente a esta votação, apresentou oralmente uma Declaração de Voto, a qual também foi entregue em papel, que será anexa, fazendo parte integrante desta Ata.-----

Também pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), informando que iria igualmente apresentar uma Declaração de Voto da Bancada do PSD, referente a esta proposta, a qual foi entregue à Mesa, será anexa e fará parte integrante desta Ata.-----

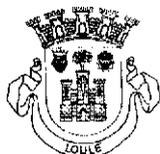
Por fim, pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), informando que sobre esta votação, a Bancada do BE também iria apresentar uma Declaração de Voto, a qual foi entregue à Mesa, será anexa e fará parte integrante desta Ata.-

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao último ponto da Ordem de Trabalhos:-----

c)- **Apreciação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito e Garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição, respeitante ao Ano de 2018, (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio); [Proposta da Câmara Municipal n.º 542-2019];**-----

Para falar sobre este Relatório, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que não iria fazer a apresentação do mesmo, porque era muito preciso, extenso, e tudo o que lá está é o reflexo da prática, relativamente às várias questões que foram colocadas e o Executivo encontra-se sim, disponível para responder a alguma consideração, questão, que seja colocada.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), felicitando o Executivo pelo cumprimento da Lei, no entanto ressaltou que este Relatório está longe do que se pretendia, porque basta ver a quantidade de Requerimentos apresentados ao Executivos pelo BE e PSD, que não obtiveram resposta e que aguardam as mesmas há meses, que reflete bem o estado de Oposição e o valor que lhe é dada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e a estratégia do Executivo deve ser mesmo essa, retardando a informação, e o que se é o estado da Oposição está um pouco moribundo, não pela parte da Oposição, mas sim porque o Executivo em nada facilita, nem facilita as informações solicitadas, mas espera que as tudo se altere, caso contrário este Executivo terá com certeza outra Moção de Censura, que até poderá ser de outra Bancada da Oposição.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o Bloco de Esquerda, ao abrigo do n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto de Direito da Oposição, tem o direito de se pronunciar sobre o Relatório elaborado pelo Executivo, do Grau de Observância, do Respeito pelos Direitos e Garantias do referido Estatuto, e com base na leitura deste Relatório, verifica que este Relatório contém diversas imprecisões, omissões e informações que não condizem com a realidade ocorrida no ano de 2018, assim como, contém referências a iniciativas próprias da Assembleia Municipal, das quais o Executivo participou como convidado, e no estreitamento das relações institucionais entre estes dois órgãos da Autarquia, e por isso, não poderiam constar no Relatório que é somente da responsabilidade do Executivo, e assim, salienta que no ponto 3.1. "Direito à informação", o Executivo faz referência a um conjunto de informações que foram prestadas aos titulares do Direito de Oposição, com os quais o BE está em desacordo, por não corresponderem à realidade.-----

Também no item 2 "Resposta aos Pedidos de Informação comunicados pela Mesa da Assembleia", muitos pedidos de informação apresentados por cidadãos ou membros desta Assembleia, continuam pendentes, ou as respostas dadas são evasivas e não correspondem com as perguntas pedidas como informação complementar e que tardam em chegar.-----

No item 3 "Resposta em Geral às questões colocadas formal, ou informalmente, sobre o andamento dos principais assuntos do Município", muitas vezes são omitidas informações sobre o ponto de situação das obras, situação dos seus pagamentos, e disponibilidades bancárias.-----

No item 5 "Remessa à Assembleia das Minutas das Atas das Reuniões do Executivo para Aprovação", até agora o Grupo Municipal do BE teve acesso, ou foi recebedor desta informação.-----

No item 6 "Acolhimento das Recomendações feitas pela Assembleia Municipal", de uma forma geral o Executivo não tem acolhido a grande maioria das sugestões feitas na Assembleia, e citou a Criação do Provedor Municipal, que aliás também constava no programa eleitoral do PS, Propostas do Bloco de Esquerda no âmbito das alterações ao orçamento municipal, recusando-se até à discussão efetuada.—



R
R
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

No item 7 "Solicitação da marcação de Sessões Temáticas da Assembleia, no âmbito do PDM", na realidade a iniciativa partiu da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, e o Executivo disponibilizou-se a tal.-----

No ponto 3.3 "Direito de Participação", em relação ao parágrafo 2, foi notória a falha de Protocolo em relação aos convites dirigidos aos Deputados para estarem presentes em atos ou eventos municipais, pois sendo que, na maioria das vezes os membros da Assembleia Municipal foram ignorados nesta matéria. No parágrafo 3, apesar e citou, de assegurado o direito, e afirmar-se que as respostas foram transitadas nos termos legalmente previstos, verifica-se que tal não corresponde à verdade, pois na sua grande maioria, as respostas não cumprem os prazos regimentais ou legalmente estabelecidos, ou nem sequer foram respondidos. Os parágrafos 5, 6 e 7, não deveriam constar neste Relatório, pois tratam-se de iniciativas próprias da Assembleia Municipal e no âmbito das suas competências legais.-----

No ponto 3.4 "Condições de trabalho dos Eleitos Locais da Oposição", ocorreu uma melhoria das condições de trabalho dos membros desta Assembleia, cuja iniciativa partiu sempre do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, registando-se com agrado as obras na Sala da Assembleia, e a cedência de espaço para as Reuniões dos Grupos Municipais, no entanto, verifica-se insuficiência de recursos materiais e humanos, nomeadamente no Grupo de Apoio a este Órgão Deliberativo, que não consegue dar resposta em tempo útil, dos assuntos tratados nas Assembleias Municipais, assim como, não foi ultrapassada a garantia de acesso às Sessões da Assembleia por cidadãos de mobilidade reduzida e pessoas idosas.-----

Conclusões, o Bloco de Esquerda, discorda do parágrafo 2, quando o Executivo afirma que foram asseguradas pelo Executivo, as condições adequadas para o cumprimento do Estatuto de Oposição, tendo a perfeita sensação e certeza, que este papel tem sido grandemente exercido pelo Presidente da Assembleia Municipal e não do Executivo Municipal.-----

Numa das últimas Sessões da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, tem tido um comportamento arrogante, antidemocrático, e por vezes até de um certo desprezo, para com os membros desta Oposição, e como tal este Relatório do BE, vai ser enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para constar no Relatório de Oposição.-----

Pedi a palavra também o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), dizendo que as nossas Autarquias têm este problema, onde temos um Órgão Deliberativo onde se assume a Oposição, claramente, e depois temos um Órgão Executivo, que acaba por ser um misto, tem uma Oposição que senta ao lado da Câmara e que me 99% das vezes vota a favor do que a Câmara faz, e por isso sempre foi a favor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dos Executivos de uma só cor, porque na Câmara os Vereadores da Oposição, não assumem o Estatuto de Oposição, e este deveria ser para todos.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a Lei é para ser cumprida, por todos, não é só pelos Socialistas, tem que ser para todos, como tal o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), tem que ler a Lei.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que considera que o Executivo fez um grande esforço para responder a questões que vêm a um ritmo rápido, e dado o elevadíssimo número de Reuniões desta Assembleia, gera-se aqui uma situação paradoxal, porque o Executivo é confrontado em cada Sessão, quase sempre com o mesmo número de questões, e responde sempre aqui a essas questões, para além disso há matéria escrita que é abundante, e que naturalmente o Executivo não tem uma resposta imediata a dar, mas mesmo assim, reunimos a informação e temos trazido aqui essa informação, e as Atas das Reuniões de Câmara, são imediatamente colocadas no site do Município, ficam disponíveis para todos, e não aceita considerações de que o Presidente da Câmara, seja arrogante, que despreze a Oposição, e até porque pertence a uma geração que conheceu um Estado Ditatorial e tem uma boa Escola Democrática que vem desse tempo. Referiu ainda, que já houve tempos, nesta casa, em que não era cumprido este direito da oposição, inclusive, quando foi Vereador de Oposição, onde existia a sonexação de documentação que era votada às 4.ªs feiras nas Reuniões de Câmara e que não era disponibilizada aos Vereadores da Oposição, e foi necessária uma queixa para que as coisas fossem alteradas.-----

Não havendo mais intervenções e concluída a Ordem de Trabalhos, a Senhora **Presidente da Assembleia (em substituição)**, deu por terminada esta Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

Adriano Lima
[Signature]
[Signature]

MOÇÃO

PELO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Considerando que:

- (i) O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades;
- (ii) A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo;
- (iii) Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR-União das Mulheres Alternativa e Resposta, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs
- (iv) Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica;
- (v) Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017).
- (vi) Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande;
- (vii) Só este ano, 2019, já foram assassinadas 13 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente.
- (viii) Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis.
- (ix) Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos.

- 
- 
- (x) Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros.
- (xi) O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas, onde o Bloco de Esquerda tem participado activamente, referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação.
- (xii) A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juízes ou juízas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência.

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 5/4/19, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas semanas ocorreram por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género;
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva;
3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas:
 - a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores;
 - b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;
 - c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;
 - d. Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor;
 - e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (*stalking*), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito.
4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.
5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas.

6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.

Loulé. 5 de Abril de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos Martins

Handwritten signature and initials in the top right corner, possibly reading 'R' and 'SA'.

Moção

Plano de Estratégia Local de Habitação

A habitação é um direito constitucional plasmado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, e incumbe ao Estado, em colaboração com as autarquias locais, promover a construção de habitações económicas e sociais.

No seguimento de uma iniciativa legislativa, a Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017, para a criação de um novo programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas, seguiu-se o Decreto-Lei n.º 37/2018, publicado no DR n.º 106-1.ª série, de 4 de junho de 2018, que estabelece o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Este programa estipula que é urgente proceder a um levantamento das necessidades de realojamento habitacional, com vista a identificar agregados familiares nos concelhos do país em situação de grave carência habitacional.

A atual situação de emergência e de crise habitacional que se vive no concelho de Loulé justifica uma atenção especial, sendo urgente uma intervenção para regular o mercado habitacional destinado a famílias carenciadas.

É necessário e urgente dar respostas à crise na habitação com um conjunto de propostas concretas como, entre outras, a promoção do arrendamento estável e de longa duração; a proteção de todas as pessoas com mais de 65 anos e com incapacidade; a proibição de assédio aos moradores e o apoio para aos senhorios pobres; o aumento da oferta pública de habitação, permitindo às autarquias a construção de habitação social, o estabelecimento de parcerias com o sector cooperativo e a regulamentação do alojamento local.

O Bloco de Esquerda defende a criação de um "serviço nacional da habitação" com "estruturas de proximidade" nas freguesias e nos municípios que disponibilizem informação isenta aos cidadãos e reportem centralmente os problemas habitacionais do país.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH).

A NGPH tem por missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público. E criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado, como a reabilitação urbana, passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.

Em Portugal, apenas temos 2% de oferta pública de habitação, contrariamente ao que acontece na Europa, onde as percentagens de oferta pública habitacional são muito superiores. Atualmente, os valores médios de rendimentos de muitas famílias e particularmente famílias jovens, são baixos, muitos com contratos de trabalhos precários e temporários, dificultando a possibilidade de obter crédito, para aquisição de habitação própria, facto agravado pela realidade turística de Loulé, onde se inclui o alojamento local que, sendo alvo de elevada procura, coloca estes valores em patamares de muito difícil acesso para a maioria dos cidadãos, com os consequentes prejuízos que daí resultam.

Por outro lado, quem consegue adquirir uma habitação a preços de mercado fica com encargos elevados, somente com a habitação, durante um enorme período de tempo e uma preocupante dependência em relação à banca. Importa referir também que a realidade sócio-económica dos últimos tempos acabou por trazer consequências negativas a uma grande maioria dos portugueses e de uma forma mais significativa para as famílias mais vulneráveis. Desta forma, a vertente habitacional, condigna, afigura-se preponderante para o seu bem-estar.

Deve o Município, juntamente com as freguesias, apresentar um plano habitacional para colmatar as dificuldades que os seus municípios/fregueses apresentam, com vista a criarem condições de habitação nos seus locais de nascimento, evitando assim que se desloquem para outras zonas em prejuízo da sua freguesia. Freguesia que desta forma, perde população e particularmente população jovem, com os consequentes aspetos negativos, como sejam as perdas culturais e sociais.

Acresce a esta realidade a cada vez menor oferta de arrendamento de longa duração, conjugado com os elevados valores de arrendamento da oferta existente, o que leva a que muitas famílias não detenham capacidade de obter uma habitação condigna. O alojamento, através da dinâmica que incutiu no concelho, acabou por retirar também oferta do arrendamento habitacional, condicionando a possibilidade de obtenção de habitação por parte das famílias e introduzindo um processo de gentrificação, agravado por uma aparente falta de sentido de urbanismo.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 05/04/ 2019, RECOMENDA ao Executivo da Câmara Municipal:

1- que elabore, com urgência, o Plano de Estratégia Local de Habitação previsto no art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4 de junho e priorize as soluções habitacionais que pretende ver desenvolvidas no município ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, bem como, envidar esforços para a conclusão a curto prazo do processo cadastral no município;

2- que dê início, num curto prazo, a um processo de criação de nova habitação social e a custos controlados em todo o concelho, principalmente incidindo nas áreas mais necessitadas.

3 – que elabore um regulamento municipal de apoio ao arrendamento, cujo objetivo prioritário será direcionado para as famílias mais vulneráveis e para as famílias que tendo capacidade financeira, a mesma é insuficiente para a obtenção de crédito necessário ao respetivo arrendamento habitacional.

Assembleia Municipal de Loulé, 05 de Abril de 2019

P'lo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos Martins

DECLARAÇÃO DE VOTO

REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Em pouco mais de 5 anos e meio, O PS procedeu a inúmeros alterações do ROESM. 6 no anterior mandato (2013/2017), sendo a mais recente ocorrida 30/11/17 pouco tempo após a tomada de posse do novo Executivo.

Em todas elas, foi-nos prometidos que os serviços camarários iriam funcionar melhor e com maior transparência, que os projectos seriam aprovados com maior rapidez, que os serviços públicos seriam de melhor qualidade e os cidadãos e empresas seriam tratadas de forma correcta e célere, que iria ser dado prioridade às funções sociais e a habitação. Infelizmente, as melhorias não foram assim tantas e as únicas certezas é que a estrutura orgânica foi ficando cada vez mais pesada e o clientelismo ficou melhor servido.

Agora apresentam-nos uma nova proposta, cada vez mais pesada, com mais departamentos, divisões, unidades operacionais, gabinetes e serviços de apoio, garantido outra vez, que agora sim, a estrutura está adequada para cumprir o programa e a estratégia do PS para este mandato.

Os motivos evocados para esta alteração, são devidas essencialmente, à transferência de competências do Estado para o Município. Esta nova realidade local, que constitui um novo desafio, não é por si só motivo suficiente para tão grande acréscimo de cargos dirigentes.

O regulamento por muito bem elaborado que seja, com uma estrutura de responsabilidades onde abundam muitos departamentos, gabinetes, divisões, unidades operacionais e serviços de apoio, podem tornar-se inoperativas, se não tiverem uma liderança política eficaz, dirigentes competentes nas chefias e trabalhadores motivados.

A organização de serviços camarários tem que garantir a estabilidade do trabalho e o modelo, assente em princípios de funcionamento, em cada unidade de missão, que siga um rumo subordinado a uma estratégia que sirva a causa pública e os cidadãos, que fomente a cooperação entre departamentos e não a sobreposição e a concorrência entre os diversos serviços da autarquia.

Por considerarmos inoportuno, por não ter sido apresentado uma justificação dos custos económicos e o respectivo acréscimo em relação ao modelo anterior, porque a solução apresentada para a nova estrutura orgânica, demasiado pesada e com muitos cargos dirigentes, não corresponde àquilo que era desejável para o Município, o Bloco de Esquerda votou contra a proposta do executivo municipal.

Assembleia Municipal de Loulé, Loulé, 05 de Abril de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos Martins



DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.mo Sr. Presidente

da Assembleia da Municipal de Loulé

O Grupo parlamentar do PSD vem pelo presente meio, apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa à **Proposta 22/2019 – Deliberativa**, proposta pela Camara Municipal de Loulé, apresentada nesta Assembleia na sessão do dia 5 de abril de 2019, que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

O PSD reconhece ao executivo municipal liderado pelo PS, a legitimidade e o direito que possui para organizar os serviços municipais da forma que entenda ser a que melhor permite ao município prosseguir as atribuições e competências que legalmente lhe estão consagradas e, bem assim, para dar cumprimento ao programa eleitoral com que se apresentou aos munícipes louletanos nas eleições autárquicas de 2017. Contudo, não pode votar a favor da presente proposta de Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, pelo que vota contra, pelas razões a seguir indicadas:

- Não se conhece a existência de qualquer estudo ou avaliação que demonstre que o atual modelo não era adequado, porquanto o atual foi aprovado há cerca de ano, para implementar a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei -quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e dos respetivos Decretos Regulamentares, os Decretos-Lei n.º 97/2018 e n.º 98/2018, de 27 de novembro de 2018, os Decretos-Lei n.º 99/2018 e n.º 100/2018, de 28 de novembro de 2018, os Decretos-Lei n.º 101/2018, n.º 102/2018, n.º 103/2018, n.º 104/2018, n.º 105/2018, n.º 106/2018 e n.º 107/2018, de 29 de novembro de 2018 e os Decretos-Lei n.º 20/2019, 21/2019, 22/2019 e 23/2019, de 30 de janeiro de 2019 e Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março.
- Receia-se que a presente proposta de Regulamento, à semelhança das aprovadas nestes últimos cinco anos, seja um mero expediente para criar novos cargos –*onde serão colocadas pessoas com relações familiares entre si ou com o presidente da câmara, vereadores ou ex-vereadores do PS*– e igualmente para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

facilitar a manutenção de determinados dirigentes em funções. Dado que com um novo organograma, o presidente da câmara pode novamente nomear, em regime de substituição, as pessoas que deseja. Uma liberdade de escolha que não lhe é permitida quando os concursos são levados até ao fim e cumpridos os requisitos que a lei estabelece.

- E por último, porque a presente proposta traduz-se num aumento significativo na despesa com pessoal. Porquanto se o anterior organograma incluía 2 direções municipais; 5 departamentos; 1 serviço municipal; 22 divisões; 10 unidades operacionais; e 7 gabinetes; com a presente proposta a câmara municipal passa a ter 2 direções municipais; 8 departamentos; 1 serviço municipal; 29 divisões; 11 unidades operacionais, 10 gabinetes e 11 serviços de apoio; sem que se perceba objetivamente, dado que não se encontra quantificado, as vantagens que daí resultam para o funcionamento da câmara municipal e para que esta possa cumprir de forma mais eficaz e eficiente as atribuições e competências que legalmente lhe estão cometidas.

Loulé, 5 de abril de 2019

Declaração de voto

~~191~~
R

Votei favoravelmente este regulamento porque sempre votei favoravelmente todos os regulamentos apresentados pelos sucessivos executivos, quer da oposição, quer do apoio ao executivo no poder, desde 2010 até ao presente.

É um ~~for~~ direito dos executivos gerirem o Município como entenderem.

A estrutura proposta, dispersando os técnicos, não potencializa as ~~suas~~ energias, com cria mais crítica com estruturas tipo "capelinhas".

Fernando Lemos - independente

FL

